



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS**  
**DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**JOSÉ ALCIDES LAGES SIQUEIRA NEVES**

**GÊNERO NA AGENDA 2030 E A MANUTENÇÃO DO SISTEMA PATRIARCAL**

**JOÃO PESSOA**

**2020**

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

JOSÉ ALCIDES LAGES SIQUEIRA NEVES

**GÊNERO NA AGENDA 2030 E A MANUTENÇÃO DO SISTEMA PATRIARCAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Coordenação do Curso de Graduação em  
Relações Internacionais do Centro de Ciências  
Sociais Aplicadas da Universidade Federal da  
Paraíba, como requisito parcial para a obtenção  
do grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Henrique Zeferino de  
Menezes.

**JOÃO PESSOA**

**2020**

**Catálogo na publicação**  
**Seção de Catalogação e Classificação**

N518g Neves, Jose Alcides Lages Siqueira.

Gênero na agenda 2030 e a manutenção do sistema  
patriarcal / Jose Alcides Lages Siqueira Neves. - João  
Pessoa, 2020.

83 f. : il.

Orientação: Henrique Zeferino de Menezes.  
Monografia (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Agenda 2030. 2. Patriarcado. 3. Lacunas de gênero.  
4. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). I.  
Menezes, Henrique Zeferino de. II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 327

JOSÉ ALCIDES LAGES SIQUEIRA NEVES

**GÊNERO NA AGENDA 2030 E A MANUTENÇÃO DO SISTEMA PATRIARCAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), como requisito parcial para a obtenção do título de bacharel (a) em Relações Internacionais.

Aprovado (a) em: 09 de dezembro de 2020

**BANCA EXAMINADORA**



---

Prof. Dr. Henrique Zeferino de Menezes – (Orientador)  
Universidade Federal da Paraíba - UFPB



---

Profa. Dra. Monica Lourdes Franch Gutierrez  
Universidade Federal da Paraíba - UFPB



---

Profa. Ma. XamanKorai Pinheiro Minillo  
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

## AGRADECIMENTOS

Ao pensar nos caminhos que me trouxeram até o fim desse curso incrível, primeiramente, quero agradecer à minha mãe que sempre me apoiou e é uma das pessoas mais incríveis que tenho como referência, sinto-me honrado de ter vindo nessa vida como seu filho. Ao meu pai, José Sávio Lages Neves, por todo o amor que me transmite mesmo com a distância. Aos meus avós, por todos os dias se manterem presentes em minha memória e por participarem tanto do meu processo na universidade mesmo que distantes. Em especial, à Vó Maria José (*in memoriam*) por todos os ensinamentos, agradeço sempre por todos os momentos que tive a chance de passar ao seu lado e ver a vida de forma mais leve. A todos os meus tios, tias, primos, primas que, mesmo distantes, sei de todo o seu apoio incondicional.

Agradeço a todo o Departamento de Relações Internacionais e a todos os professores que tive a chance de conhecer. Todo o meu reconhecimento e agradecimento a todos vocês. Em especial, ao meu orientador Henrique Zeferino, por ter me acompanhado em diversas jornadas durante todo o curso. Agradeço também aos servidores da Universidade e a todos os profissionais terceirizados, sem vocês nada teria sido o mesmo.

A oportunidade de ter realizado um estágio no CCHLA em especial, à minha coordenadora Fátima, que entre conversas e cafés à tarde na praça do CE me ensinou muitas coisas.

Ao EngajaMundo, por ter me feito acreditar no poder dos jovens, da política e do terceiro setor, acreditando ainda mais que meu futuro está ligado a essas causas.

À AIESEC, por ter realizado dois intercâmbios voluntários e ter tido a oportunidade de viver experiências que não consigo mensurar do quão importante foram para o meu crescimento.

Ao projeto de Extensão Bem Vindo!, por ter me apresentado a tantos amigos e ter me dado a oportunidade de vivenciar uma experiência de acolhimento a alunos estrangeiros.

À Valejo, por nesse trecho final ter me apoiado tanto como organização e ter me ajudado a traçar objetivos.

Aos meus amigos do curso e toda a turma de Relações Internacionais do turno noturno de 2015.1. Vocês são incríveis e quero levar todos para a vida. Em especial, a Jaldielle Anjos, Gabriella Rodrigues, Henrique Saraiva e Paulo Teixeira, por dividirem tantos momentos de crescimento e loucuras comigo. A todas as amizades que iniciei aqui em João Pessoa e que levo para sempre comigo, assim como amigos que me acompanham há muito tempo e, mesmo com a distância de Teresina-João Pessoa, ainda podemos manter laços verdadeiros.

À minha psicóloga Isabelle, por todo o caminho que percorre comigo de dor e cura.

À minha gatinha bacuri, que adotei na quarentena e passou horas no meu colo enquanto escrevia este trabalho.

## RESUMO

O presente trabalho identifica e analisa as principais lacunas de gênero na agenda 2030, a partir do ponto de vista da teoria do patriarcado. Para isso, elenca alguns problemas que vão desde as questões não abordadas no texto do compromisso ou as debatidas de maneira fraca sem considerar as raízes da desigualdade de gênero, trazendo algumas questões estratégicas da transversalização de gênero, até a abordagem de atores que participaram da elaboração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e de políticas macroeconômicas do neoliberalismo dentro da agenda. Toda essa conjuntura patriarcal, que teve início há muitos anos, ainda se mantém presente atualmente por meio dessas lacunas mesmo que de forma sutil na agenda 2030, levando a resultados efêmeros e não a longo prazo. Conclui-se que a temática de gênero na agenda 2030 não considera o contexto vivenciado por diferentes mulheres, prioriza questões econômicas sobre o debate das mulheres e as oportunidades sobre os resultados. Portanto, não levam em conta a desigualdade de gênero causada pelo sistema patriarcal, a qual afeta tanto homens como mulheres.

**Palavras-chave:** Agenda 2030; Patriarcado; Lacunas de Gênero; ODS.

## ABSTRACT

This paper identifies and analyzes the main gaps about gender in the 2030 agenda from the point of view of the patriarchy theory. Therefore, it lists some problems which are about issues not addressed in the commitment text and those poorly debated without considering the gender inequalities roots, bringing some strategic questions about *Gender Mainstreaming*, but also about the actors' approaches who took part in the Sustainable Development Goals (SDG) elaboration and in the neoliberalism macroeconomic politics inside the agenda 2030. All this patriarchal conjuncture, that began many years ago, is still present through these gaps – even if subtly – in the 2030 agenda, leading to ephemeral results and not to long-term ones. As a result, that gender thematic in the 2030 agenda does not consider the context experienced by different women, prioritizes economic issues over the women debate and opportunities over results. Consequently, the SDG does not take into consideration the gender inequality caused by the patriarchal systems which affects both men and women.

**Keywords:** Agenda 2030; Patriarchy; Gender gaps; SDG.

## **LISTAS DE FIGURA E QUADRO**

|                                                                  |    |
|------------------------------------------------------------------|----|
| <b>Figura 1</b> – Estruturas e formas patriarcais .....          | 49 |
| <b>Quadro 1</b> – Objetivos e metas relacionados a mulheres..... | 27 |

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

|             |                                                                                    |
|-------------|------------------------------------------------------------------------------------|
| Agenda 2030 | Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas                   |
| Bi          | Binarismo                                                                          |
| ONU         | Organização das Nações Unidas                                                      |
| CEDAW       | Comissão sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres |
| CSW         | Comission on The Status of Women                                                   |
| CTNs        | Corporações Transnacionais                                                         |
| ECOSOC      | Conselho Econômico e Social das Nações Unidas                                      |
| EUA         | Estados Unidos da América                                                          |
| FAO         | Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura                       |
| HIV         | Vírus da Imunodeficiência Humana                                                   |
| HLPF        | High Level Political Forum                                                         |
| LGBT+       | Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Transgêneros                   |
| ODM         | Objetivos de Desenvolvimento do Milênio                                            |
| ODS         | Objetivos de Desenvolvimento Sustentável                                           |
| OWG         | Open Working Group                                                                 |
| OSC         | Organização da Sociedade Civil                                                     |
| ONG         | Organização Não Governamental                                                      |
| PPPs        | Parcerias Público Privadas                                                         |
| WAD         | Women and Development                                                              |
| WMG         | Women's Major Group                                                                |

## SUMÁRIO

|                                                                                                                                                                                    |           |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>                                                                                                                                                            | <b>11</b> |
| <b>1 MULHERES NA ONU: DA DÉCADA DAS MULHERES A AGENDA 2030 .....</b>                                                                                                               | <b>14</b> |
| 1.1 Definições de Gênero .....                                                                                                                                                     | 14        |
| 1.2 Mulheres na ONU: da década das mulheres à Conferência de Pequim .....                                                                                                          | 15        |
| 1.3 ODM e ODS: a transversalidade na temática de Gênero .....                                                                                                                      | 23        |
| 1.3.1 A agenda 2030 e gênero: avanços nas metas sobre as mulheres .....                                                                                                            | 25        |
| 1.4 A Construção da agenda 2030: a atuação do WMG e suas principais barreiras .....                                                                                                | 32        |
| <b>2 O SISTEMA PATRIARCAL E AS RAÍZES DE DESIGUALDADES HISTÓRICAS.....</b>                                                                                                         | <b>38</b> |
| 2.1 Raízes históricas da desigualdade de gênero .....                                                                                                                              | 38        |
| 2.2 Questão do trabalho: esfera pública.....                                                                                                                                       | 38        |
| 2.2.1 Formas de submissão das mulheres no trabalho.....                                                                                                                            | 40        |
| 2.3 A formação da família como uma forma de desigualdade .....                                                                                                                     | 42        |
| 2.4 Desigualdade no centro do sistema: o patriarcado .....                                                                                                                         | 44        |
| <b>3 A AGENDA 2030 E O PATRIARCADO: PRINCIPAIS OMISSÕES DOS ODS QUE REFORÇAM O SISTEMA PATRIARCAL.....</b>                                                                         | <b>51</b> |
| 3.1 <i>Gender Mainstreaming</i> : oportunidades x resultados.....                                                                                                                  | 52        |
| 3.2 Atuação do setor corporativo na elaboração da agenda: o poder desses atores e a omissão de dados como causa de enfraquecimento de grupos feministas e da agenda de gênero..... | 58        |
| 3.3 O neoliberalismo na agenda 2030: gestão de problemas e a preponderância do viés econômico sobre o social .....                                                                 | 62        |
| 3.3.1 O privilégio como parte do sistema patriarcal: a brecha de não especificar grupos mais vulneráveis na agenda 2030.....                                                       | 66        |
| 3.4 A esfera privada e a agenda 2030: trabalho doméstico e o casamento prematuro e forçado.....                                                                                    | 68        |
| <b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>                                                                                                                                                | <b>75</b> |

|          |                          |           |
|----------|--------------------------|-----------|
| <b>5</b> | <b>REFERÊNCIAS .....</b> | <b>78</b> |
|----------|--------------------------|-----------|

## INTRODUÇÃO

A desigualdade de gênero é recorrente em diversos níveis, seja em questões de trabalho, doméstica, violência, saúde, dentre outras. Grande parte dessas desigualdades está relacionada a um sistema que permeia toda a sociedade. O patriarcado de acordo com a visão de alguns autores está associado a força masculina ou a dominação. Entretanto, vai muito além de um indivíduo ou do próprio homem. Assim como as mulheres, os homens também estão inseridos no sistema e são oprimidos, mesmo que em níveis diferentes, pelo sistema patriarcal (JOHNSON, 2014). Portanto, o grande foco para enfraquecer o sistema não é um grupo específico de pessoas ou indivíduos, mas na forma que esse sistema é replicado pela sociedade seja pelos privilégios construídos, pela heteronormatividade ou pela ideia de casamento como responsabilização das mulheres, dentre outros.

Tendo em vista isso, desde 1970 vem sendo criado de maneira mais forte uma agenda sobre as mulheres em organizações e, conseqüentemente, nos Estados. Uma agenda que perpassa por diversas outras problemáticas e áreas interconectadas às mulheres, como saúde, educação, violência e uma maior abordagem de Direitos Humanos. Nesse contexto, é que surge em 2015 a agenda 2030 das Nações Unidas, instituindo 17 objetivos e 169 metas e dentre eles o Objetivo 5 focando na igualdade das mulheres. A agenda 2030 é um compromisso que substituiu a agenda do Milênio vigente no período de 2000 a 2015, com 8 objetivos. Os ODS surgiram também com um maior comprometimento de preencher algumas lacunas dos Objetivos do Milênio.

Dessa forma, pode-se afirmar que a agenda 2030 aborda muitas questões centrais sobre as mulheres. O presente trabalho pretende avaliar o porquê que mesmo com uma agenda vigente e adotada por tantos países ainda existe um sistema se reformulando, o patriarcado. Portanto, é formulado a seguinte pergunta de pesquisa: Se existem lacunas que afetam a igualdade de gênero, em si, na agenda pós 2015? E se sim, quais são essas lacunas principais que permeiam a agenda 2030 e que possuem uma ramificação do sistema patriarcal interferindo assim na igualdade de gênero?

Partindo-se de uma metodologia qualitativa e utilizando três teorias: *Gender Mainstreaming*, neoliberalismo e o patriarcado. A hipótese levantada por esse trabalho é que os ODS no que tange a política de gênero é falho, pois a curto prazo pode parecer um mecanismo de política altruísta, mas a longo prazo os objetivos e metas não levam a uma mudança estrutural sobre a opressão de mulheres, ou seja, do patriarcado em si.

Dentro dessas lacunas estão a questão da Transversalização da agenda como uma forma de estratégia, focando mais em oportunidades do que nos próprios resultados, os atores poderosos que moldaram a agenda, por um poder de mercado e a falta de dados, e acabaram por instituir uma política neoliberal que tem em sua tese 3 grandes debates a competitividade econômica, a individualidade e o mercado. Todas essas questões não levam em consideração as vantagens de alguns grupos sobre os outros e algumas razões que levam a problemas estruturais privados, como o trabalho doméstico e o casamento.

Este trabalho se apresenta em 3 capítulos. O primeiro capítulo aborda como se iniciou a temática de gênero na ONU e a importância das principais conferências sobre as mulheres que teve seu ápice em 1995, na Conferência de Pequim. Todo esse movimento foi fundamental para o desenvolvimento de uma agenda de gênero mais ampla. Tendo como objetivo central do capítulo, os ODS e mais precisamente as metas que têm referência em seu texto específico sobre as mulheres. E de que forma essas metas representam um maior alcance e conexão com os direitos humanos em relação aos ODM. E toda essa abordagem maior e eficaz na questão de gênero dentro da agenda 2030 é devido a atuação de atores da Sociedade Civil como o *Women Major Group* que influenciou na inclusão de uma escrita dos objetivos e metas mais amplos e participativos.

No segundo capítulo, realizamos uma explanação de como a desigualdade de gênero impactou a vida de mulheres e de que forma a divisão do trabalho e o peso que a família tem para as mulheres influenciou esse sistema de desigualdade, o patriarcado. Nesse contexto, pretendo fazer uma revisão teórica do patriarcado e o porquê de ser um sistema tão complexo que vem se reformulando e ganhando forças com o passar dos anos.

Já no terceiro capítulo deste trabalho, há uma análise de que a agenda 2030 não vai contra e nem discute formas de se eliminar esse sistema patriarcal caracterizado no capítulo anterior. Mesmo com todas as inovações propostas pelos ODS, pretendo delimitar algumas lacunas em que a agenda, mesmo que de forma branda, não executa propostas que podem quebrar esse padrão de desigualdade a longo prazo. Dentre elas (1) a questão da transversalização de gênero dentro das metas (2) a preponderância de atores privados poderosos sobre grupos da Sociedade Civil na elaboração da agenda e a dificuldade pela falta de dados de se ter uma maior noção sobre gênero na agenda. Assim como (3) a política econômica neoliberal que pode influenciar diretamente na questão de se priorizar medidas econômicas e não levar em consideração o privilégio masculino, social, racial e de gênero em si. E por fim, (4) como em um âmbito mais privado abordado nos ODS, como o casamento e o trabalho doméstico

precisam ter políticas mais reformuladas e de quebra de padrões culturais envolta dessa esfera (WALBY,1989).

Considero que o objetivo principal deste trabalho não é um "manual de destruição do sistema patriarcal" ou "desprestigiar o efeito e todo o trabalho da agenda 2030" e sua antecessora. Mas considero que o principal propósito é levantar alguns problemas na agenda de gênero que podem passar despercebidos ou considerados já superados. Por um primeiro momento pode ser algo mais sutil e que não iria afetar a forma que a agenda é recebida em outros locais ou que é implementada. Mas a longo prazo são questões que podem surtir efeitos. Dado que a agenda 2030 se tornou um marco referencial em algumas políticas para diversos estados, atores privados. E quando se está pautando algo que é referência de políticas, é fundamental estar se redesenhando e adequando ao máximo a tentar obter o maior êxito possível.

Dessa forma, as principais conclusões deste trabalho é que o sistema patriarcal presente na agenda vem de dentro para fora. Ou seja, muitos dos atores citados na pesquisa como privados e até mesmo o próprio Estado tem em sua estrutura interna questões patriarcais que reverberam na forma que a agenda é construída, seus textos de metas e objetivos e é implementada. Revelando que existe uma questão mais estratégica em si, seja por influência do próprio mercado na agenda, do próprio Estado em moldar, hierarquizar e não apontar problemas que as mulheres enfrentam focados no sistema do patriarcado. E que a base dos problemas de desigualdade não são um grupo específico em si, mas um sistema que permeia todos esses atores e que afeta a forma que esse "desenvolvimento" da agenda de gênero é implementado.

## **1 MULHERES NA ONU: DA DÉCADA DAS MULHERES A AGENDA 2030**

### **1.1 Definições de Gênero**

Quando se discute Gênero é importante ter em mente que essa perspectiva está dentro do escopo de sexualidade e que essa temática, com o passar do tempo, foi se tornando mais complexa e ganhando novas definições e ressignificações. Diante disso, há três definições bases para entender a sexualidade humana: sexo biológico, gênero e orientação sexual afetiva.

Sexo Biológico é definido de acordo com as características biológicas, ou seja, macho ou fêmea. É uma característica definida antes mesmo do nascimento a partir do órgão reprodutivo. Já orientação sexual afetiva diz respeito à atração de forma romântica, sexual e/ou afetiva, seja por pessoas do sexo oposto, os heterossexuais, ou por pessoas do mesmo sexo biológico, englobando gays, lésbicas e bissexuais (DE JESUS, 2012)<sup>1</sup>.

Gênero é algo que difere dessas duas definições, posto que gênero é como você se expressa na sociedade, não sendo baseado no sexo biológico." Ser masculino ou feminino, homem ou mulher, é uma questão de gênero, logo o conceito básico para entendermos homens e mulheres é o de gênero". (DE JESUS, 2012 p.8)

Dentro dessa definição de gênero baseada no viés social, há duas definições importantes. Pessoas cisgêneras são as que se reconhecem com o seu sexo biológico que lhe foi atribuído no nascimento, independentemente de qualquer orientação sexual afetiva. E pessoas não-cisgêneras que não se reconhecem com o seu corpo e sua definição de sexo atribuída ao nascer.

Tendo em vista disso, Anthony Giddens (2001) cita que há uma grande discussão entre sexo biológico e gênero. Levando em conta que a ideia adotada neste trabalho é de gênero como algo socialmente construído e diferente de sexo biológico. "Esta abordagem estabelece uma distinção entre sexo biológico e gênero social - uma criança nasce com o primeiro e desenvolve-se com o segundo"(GIDDENS, 2001, P.110).

Dessa forma, gênero vai ser desenvolvido de forma cultural e social em cada sociedade. Nesse contexto, há dois pontos que esse trabalho leva em consideração, o primeiro é que gênero sendo algo construído socialmente engloba desde pessoas trans e cis, como mencionado acima. Contudo, esse trabalho restringe a pesquisa de Mulheres cis dentro do sistema do patriarcado e sua relação com a agenda 2030.

---

<sup>1</sup> Ebook Guia Técnico sobre pessoas transexuais, travestir e demais transgêneros, para formadores de opinião. Lançado de forma virtual pela UNB. Revisado por: Berenice Bento, Luiz Mott e Paula Sandrine.

Já o segundo é que a partir da visão social de gênero, adotada na pesquisa, é que vai surgir a desigualdade entre homens e mulheres em virtude de que homens e mulheres são socializados com papéis específicos na sociedade. E são nesses papéis que nasce parte do sistema de opressão e desigualdade entre homens e mulheres que pretendo abordar no próximo capítulo, o patriarcado. Por isso a importância de se entender gênero como algo além do biológico para deixar claro todas as formas de desigualdade entre homens e mulheres. A partir disso que tem início demandas de colocar em pauta uma agenda de gênero que possa eliminar essas disparidades. (GIDDENS, 2001)

## **1.2 Mulheres na ONU: da década das mulheres à Conferência de Pequim**

Tendo em vista essa complexidade das discussões sobre gênero e suas definições, além da relevância social da questão, existe uma agenda de gênero que permeia algumas dessas problemáticas e vem ganhando destaque em fóruns e agendas internacionais. As Nações Unidas têm grande impacto nessa agenda desde a sua criação em 1945 (ONU, 1945).

No mesmo ano de criação da ONU, foi aprovada a carta das Nações Unidas que já traziam questões ligadas a igualdade entre homens e mulheres. A carta foi elaborada por cerca de 50 países na Conferência que deu origem às Nações Unidas (ONU, 1945). E em 1948 seria uma das referências para a constituição da Declaração Universal dos Direitos Humanos (GUARNIERI, 2010).

Posteriormente ao processo de criação da ONU, devido ao maior debate sobre espaços para mulheres dentro da organização e por uma pressão de mulheres diplomatas que estavam atuando na organização, em 1946 houve a criação da Comissão sobre a Situação das Mulheres (CSW) como um órgão subsidiário do Conselho Econômico e Social (ECOSOC) (CSW, 1946)<sup>2</sup>. A CSW foi criada com o objetivo de "preparar relatórios e recomendações ao ECOSOC sobre a promoção dos direitos das mulheres nas áreas: civil, econômica, social e educacional" (CSW, 1946). Dessa maneira, um órgão mais centralizado internamente da ONU sobre a agenda feminina e o lançamento de dados e observações, também com uma maior participação nos relatórios e conferências, assim como elaborava novas formas de tentar trazer soluções reais para a problemática da desigualdade de gênero (GUARNIERI, 2010).

---

<sup>2</sup> "O Conselho Econômico e Social está no coração do sistema das Nações Unidas para avançar nas três dimensões do desenvolvimento sustentável-econômico, social e ambiental. É a plataforma central para formular o debate e pensamento inovador, formar consenso sobre caminhos a seguir e coordenar os esforços para atingir as metas acordadas internacionalmente. É também responsável pelo acompanhamento das principais conferências e cúpulas da ONU."(ECOSOC, TRADUÇÃO NOSSA)Disponível em:<<https://www.un.org/ecosoc/en/about-us>>.

Durante todo esse período, a CSW passou a ser grande referência para assuntos sobre as conquistas das mulheres. Contudo, foi a partir de 1975, considerado o ano das mulheres e a década de 1976-1985 considerada “a década das nações Unidas para as mulheres” (ECOSOC, PIMENTEL, 1979, p. 2), que houve uma maior formulação de medidas entre os países e do início de uma agenda que permeia questões sobre a opressão de mulheres. Nesse período houve uma série de conferências e tratados importantes que resultaram em grandes avanços na questão da igualdade de gênero. Neste trabalho irei dar ênfase em 5 principais momentos que aconteceram na ONU: A I Conferência no México, a II Conferência em Copenhague, a III Conferência em Nairóbi, a IV Conferência em Pequim e a criação do Centro sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres.

Em 1975, no México, aconteceu a primeira Conferência Internacional sobre a mulher. Nessa conferência foram discutidas diversas temáticas mas de maneira não tão explorada, focando mais em alguns pontos centrais<sup>3</sup> para o empoderamento das mulheres como (1) o fortalecimento da cooperação e da paz internacional, (2) participação política, (3) Educação e treinamento, (4) Emprego e papéis na economia, (5) Saúde e nutrição, (6) a família na sociedade moderna, (7) questões de casa e outras facilidades (ONU, 1975).

Como resultado da Conferência houve a formalização de um documento, o Relatório da Conferência<sup>4</sup>, que teve grande destaque a questão do corpo de mulheres e de homens, não traçando uma diferença entre questões mais vulneráveis que as mulheres se encontram em relação aos homens, como violência sexual (MIRANDA; PARENTE, 2014). Desse modo, já existia uma preocupação sobre questões básicas como a violência contra o corpo. Contudo, não era delineado como as mulheres podem ter uma maior propensão de sofrer formas de violência em relação aos homens.

Sobre os principais atores envolvidos, o encontro contou com a participação de mais de 130 países e muitos do sul global, outras organizações como a organização mundial do Trabalho e a Organização das Nações Unidas para alimentação e agricultura (FAO) e a participação de Organizações Não Governamentais em um número bastante limitado e que com o decorrer do tempo foi crescendo nas outras conferências e aumentando ainda mais o seu poder de decisão dentro da esfera da ONU. Durante essa primeira conferência já houve certo destaque para

---

<sup>3</sup> Pontos retirados do Capítulo II, da segunda seção do Relatório da Conferência Mundial do Ano Internacional das Mulheres sobre o Plano Mundial para a Implementação dos objetivos do ano internacional das mulheres. Disponível em: <[http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/relatorio\\_conferencia\\_mexico.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/relatorio_conferencia_mexico.pdf)>

<sup>4</sup> Relatório da Conferência Mundial sobre o ano Internacional da Mulher.

priorizar a questão das mulheres em algumas regiões com problemas mais alarmantes e diferentes de outras regiões (ONU, 1975).

Posteriormente a essa conferência, em 1979, seguindo a tendência e o protagonismo da década das mulheres, houve a elaboração pela Assembleia Geral da ONU e da CSW, de um documento denominado de Convenção para Eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (CEDAW):

A Convenção vai além das garantias de igualdade e idêntica proteção, viabilizada por instrumentos legais vigentes, estipulando medidas para o alcance da igualdade entre homens e mulheres, independentemente de seu estado civil, em todos os aspectos da vida política, econômica e social (PIMENTEL, ONU, 2005, p. 15).

A CEDAW, juntamente com a CSW, foi um grande passo para a concretização de direitos das mulheres e, principalmente, pela luta de gênero perpassando por questões históricas em que a mulher é oprimida. A convenção segue tendo uma grande importância até os dias atuais, posto que cria uma narrativa sobre a relação de subordinação feminina sobre o homem baseada em políticas patriarcais e, indo além disso, expõe problemas estruturais que afetam a igualdade de gênero, levando em conta também a narrativa histórica das mulheres e sua luta contra o patriarcado (CANAVATE, 2008).

Além disso, por se tratar de forma mais específica dos direitos das mulheres, abriu espaços para um debate mais político e jurídico sobre a pauta feminista para introduzir proposições que antes não tinham destaque como violência contra a mulher e direitos sexuais reprodutivos. Desse modo, a CEDAW irá servir como o documento base e mais completo para as conferências futuras posteriores de 1979 no que tange aos Direitos Humanos das mulheres (CANAVATE, 2008; CEDAW, 1979).

Mesmo com todas essas mudanças ainda havia muitas dúvidas sobre a efetividade e cumprimento da CEDAW pelos países e pelas próximas conferências. E, principalmente, se esse documento poderia mudar as políticas sexistas dos países “A pergunta é se isso é suficiente para modificar a cultura, a subjetividade, como propõe a Convenção” (CANAVATE, 2008, P. 270, tradução nossa).

Outra questão importante sobre a CEDAW é exposta por Sílvia Pimentel (2005) que participou do comitê e reafirma a necessidade de se ter representantes latino-americanas, africanas, do sul global, em geral, em comitês como esse. Posto que são representatividades e demandas diferentes dessas mulheres e a CEDAW foi um dos mecanismos que permitiu ter

grande poder de participação desses grupos e ser algo a ser seguido e levado a todas as Conferências e futuras agendas internacionais (PIMENTEL,2006).

Seguindo uma linha histórica sobre todos os marcos envolvendo gênero na ONU, em 1980 houve a II Conferência da Mulher realizada em Copenhague. Prosseguindo o caráter da sua antecessora, houve um aumento maior no número de participações ativas de representantes de ONGs. "Mais de 8000-a maioria sendo mulheres-participaram do fórum de ONGs em Copenhague"(JOACHIM, 2007, p. 88, tradução nossa). Ademais, um dos grandes acontecimentos originados na Conferência foi, por influência da CEDAW e da Declaração da Década das Nações Unidas para as Mulheres, o Primeiro Encontro Feminista Latino Americano e do Caribe que foi realizado em 1981 em Bogotá, Colômbia (CANAVATE, 2008).

Na Conferência de Copenhague houve um foco maior em áreas prioritárias<sup>5</sup> e que precisam de um maior suporte na situação das mulheres: (1) Alimentação, (2) Mulheres Rurais, (3) Cuidado infantil, (4) Mulheres migrantes, (5) Mulheres desempregadas, (6) Mulheres sozinhas e responsáveis por sua família, (7) Mulheres jovens (ONU, 1980).

Contudo, a Conferência de Copenhague foi bastante criticada e contestada devido ao grande confronto entre países norte-sul que acabaram por interferir nas questões da conferência de modo que as ambições de parte desses países estavam mais ligadas a questões econômicas e políticas de um grupo sobre outro do que realmente a questão das mulheres em si (JOACHIM,2007)<sup>6</sup>.

Nesse contexto, ressalta-se que essa discussão entre países norte-sul permeia muitas questões estratégicas dos países, tirando o foco sobre a pauta de gênero. Há ainda um debate sobre como os países do norte, representado pelos Estados Unidos (EUA) e por países da Europa Ocidental, tinham o controle da maioria das decisões no âmbito da ONU em comparação com os países do sul, agrupados em torno do G77, dos países não alinhados<sup>7</sup> e países sobre o sistema comunista e socialista. Representando o quanto esses países do lado ocidental e capitalista, simbolizado pelo confronto da Guerra Fria, tinham um certo poder contra países de outros blocos orientais e socialistas dentro da ONU (JOACHIM, 2007).

---

<sup>5</sup> Pontos retirados do Relatório da Conferência, sobre o Programa de Ações em nível nacional, Parte II, Ponto C.Disponível em: <[http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/relatorio\\_conferencia\\_copenhagem.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/relatorio_conferencia_copenhagem.pdf)>Acesso em:12/07/2020

<sup>6</sup> O debate Norte-Sul explodiu na Conferência de Copenhague.

<sup>7</sup> O movimento dos Não Alinhados surge em um período de Guerra Fria dividido por duas superpotências: Estados Unidos e União Soviética. O movimento tem seu início como uma forma de representar uma terceira via ao conflito entre essas superpotências e como uma forma de representar lutas anticoloniais de uma realidade que foi vivenciada por esses países (BRENER, 1987).

Ademais, outra crítica realizada dessa conferência foi por não pautar questões como violência contra a mulher e direitos reprodutivos, assuntos que já começavam a ser tratados em alguns países e em algumas resoluções (GUARNIERI, 2010). Somente em 1983 na Conferência de Direitos Humanos em Viena que a violência contra a mulher passou a ser vista como um problema grave e a estar mais presente na agenda de gênero. E apenas em 1984, na Conferência Internacional de População e Desenvolvimento que começou a se discutir mais questões de saúde reprodutiva (JOACHIM, 2007).

Júlia Joachim (2007) cita algumas questões que permearam a tardia discussão desses dois tópicos na ONU, violência contra a mulher e saúde reprodutiva. Em relação a violência contra a mulher desde as primeiras conferências e desde a criação da CEDAW que vem sendo discutido o assunto, mas não como direitos humanos das mulheres ou alguma resolução que pudesse atuar internamente nos países. Ou seja, já havia uma discussão sobre o assunto e sobre a real existência dos dados alarmantes, mas não havia resultados de políticas na ONU e em muitos países que criminalizassem essa forma de violência que engloba diversas formas, como física, psicológica e sexual. Somente a partir de 1993 que houve uma maior oficialização e protagonismo sobre o tema. Já em relação a saúde reprodutiva, há grande resistência sobre o assunto por parte de grupos religiosos e conservadores dentro das Nações Unidas que retardaram o processo e desenvolvimento de políticas que permeiam a temática, principalmente vindos de países do Sul Global.

Joachim (2007) exemplifica o importante papel das organizações de mulheres em protagonizar temas como esses e serem um ponto chave para a mudança. "Organização de Mulheres moldaram os problemas de uma maneira estratégica aproveitando as oportunidades políticas nos ambientes institucionais e internacionais mais amplos e aproveitando as estruturas de mobilização de que dispõe" (JOACHIM, 2007, p. 2, tradução nossa)

E todo esse contexto ressurgiu também na III Conferência Internacional sobre a Mulher em Nairóbi (1985). Essas questões passaram a ser mais discutidas e se percebeu a necessidade de formular uma agenda sobre a temática para os países irem se adequando. Como resultado houve a criação de um documento, preparado pela ECOSOC, que iria orientar o futuro das questões das mulheres pelos próximos 15 anos, "As Estratégias de Nairóbi". Esse documento vai ser norteador para os próximos anos, de forma que foi criada uma agenda e realizado monitoramento de como essas políticas estão sendo implementadas principalmente na América Latina (CANAVATE, 2008).

É importante ressaltar, que esse período da III Conferência Mundial sobre mulheres, marcado pelo fim da década de 80 e início de 90 vai ser evidenciado por uma maior

institucionalização e especialização do ativismo de gênero e do discurso das mulheres. Muitos grupos sociais perceberam que era necessário levar essa pauta a organizações multilaterais e abordar isso dentro do campo da educação e saúde de forma interconectada (CANAVATE, 2008).

Com esse maior avanço do ativismo feminista, Canavate (2008) elenca alguns fatores que caracterizam essa mudança. Dentre eles, a institucionalização do discurso sobre as mulheres, uma vez que nesse período o movimento deixou de ser tão unificado e visto de forma emancipatória e passou a ser mais ligado com questões relacionadas ao desenvolvimento. O movimento estava indo em direção a um caminho de mais ligações com políticas do Estado, outras Organizações Internacionais e até mesmo do setor corporativo. Houve a necessidade de se colocar em pauta nas políticas internas e locais questões relacionadas a mulheres. Posto que, mesmo sendo uma problemática já discutida em um período muito anterior na ONU, havia certa dificuldade dessas Organizações alcançarem políticas internas dentro do Estado e até mesmo de reconhecer problemas de gênero em todas as localidades.

Essa pauta foi introduzida por meio da discussão sobre Mulheres e Desenvolvimento (WAD<sup>8</sup>), ao relacionar a problemática de gênero a outras áreas específicas que tratam sobre desenvolvimento. No início a questão de gênero se associou mais fortemente com a temática de questões econômicas (KABEER, 2003). E, conseqüentemente, muito atrelada a ideia da internacionalização, de ligar as mulheres de diversos países em uma única rede, mesmo com todas as diferenças do movimento que representam. Contudo, essa heterogeneidade do movimento ainda se apresenta de forma fraca, dado que os principais problemas envolvendo a agenda de gênero ainda são constituídos por atores em grande parte ocidentais e com pouca representação de países menos desenvolvidos (JOACHIM, 2007).

Portanto, a temática das mulheres passou a estar muito conectada com o desenvolvimento dos países a representar um índice o quão desenvolvidos os Estados estão<sup>9</sup>

[...] o papel das mulheres no desenvolvimento é diretamente relacionado com o objetivo de compreensão social e desenvolvimento econômico, sendo fundamental para o desenvolvimento de todas as sociedades. Total desenvolvimento significa desenvolvimento em áreas políticas, econômica social, cultural e outras dimensões da vida humana[...]e para o crescimento físico, moral, intelectual social do ser humano (ONU, 1985, parágrafo 12, p.7, Tradução Nossa)

---

<sup>8</sup> WAD faz referência ao termo utilizado pela autora em inglês *Women and Development*.

<sup>9</sup> Ênfase no Parágrafo 12 Artigo 5 no Relatório da Conferência Mundial para revisar e avaliar as conquistas da Década das Mulheres das Nações Unidas: Igualdade, desenvolvimento e paz. Disponível em: [http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/relatorio\\_conferencia\\_nairobi.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/relatorio_conferencia_nairobi.pdf)

É importante ressaltar que, nesse período, a discussão sobre Mulher e desenvolvimento era mais ligado a questões econômicas e políticas, deixando um pouco de lado questões na área de educação, saúde dentre outros. Isso acontece, pois, “as desigualdades econômicas e política entre mulheres e homens parecem ser perenes resistentes que estão piorando” (SEN, 2018, p.45, tradução nossa). Dessa forma, nesse período da conferência estava em evidência grandes desigualdades na política e economia. Consequentemente, muitos atores e acadêmicos enxergavam como a grande raiz do problema da desigualdade de Gênero.

Com toda essa noção de desenvolvimento e mulheres, aconteceu em 1995 a IV Conferência Mundial da Mulher em Pequim. A Conferência de Pequim representou um grande marco, pois aconteceu logo após o fim da década das mulheres decretado pela ONU e trouxe grande parte dos avanços das outras conferências. Durante o encontro, houve a elaboração da Declaração de Beijing e a Plataforma de Ações (ONU, 1995).

A Declaração de Beijing é uma forma de pressionar países e tomadores de decisões a cumprirem o que foi estipulado em Nairóbi em 1985 ("As estratégias de Nairóbi") e tentar formas de arrecadar capital para a aceleração dessas propostas. A Plataforma de ações reuniu todas as conquistas e temas tratados nas três conferências anteriores (México, Copenhague e Nairóbi) e outros tratados (CANAVATE, 2008).

A partir da Conferência de Beijing foi concedido um financiamento das Nações Unidas aos atores regionais, favorecendo a criação de agências, secretarias e ministérios sobre os direitos das mulheres e para ser cobrado de forma mais jurídica (CANAVATE, 2008). A Plataforma de Ações e a Declaração de Beijing seguiram um caminho que já iniciado pela CEDAW de focar mais em atores locais, direitos humanos para as mulheres e a heterogeneidade do movimento dependendo da região e a necessidade de se conectar temas relacionados à saúde, educação, e emprego para a igualdade de gênero:

Em termos gerais, a IV Conferência buscou adotar uma plataforma de ação para examinar os principais obstáculos vivenciados pelas mulheres e as estratégias a serem adotadas pela comunidade internacional, sobretudo por governos nacionais, mas também por organizações internacionais, pelo setor privado, organizações não governamentais, instituições acadêmicas e de pesquisa e meios de comunicação de massa para remover os entraves ainda existentes que impedem as mulheres de poder gozar a totalidade dos seus direitos humanos e a participação plena e igual em todas as esferas da vida. (MIRANDA, PARENTE, 2005, p. 424,425, tradução nossa)

Maria Viotti (2006) cita que a Conferência trouxe três grandes abordagens a temática: (1) Conceito de gênero, (2) noção de empoderamento e (3) enfoque da transversalidade. A partir de Pequim, foi possível estabelecer que o conceito de gênero saiu do escopo de sexo biológico

e passou a ser aplicado como relações construídas por cada indivíduo independente do sexo. Apesar de o termo já ter sido usado na Conferência anterior, sua significação só se diferenciou de sexo biológico a partir de Pequim (LOPES,2018).

E a partir dessa perspectiva houve uma maior abordagem do papel da família, do homem, da mulher na sociedade e como grande parte desse problema está em raízes da colonização e do sistema patriarcal e sexista que foi construído. Portanto, a Conferência de Beijing foi um marco nesse sentido de ampliar a visão de gênero como algo socialmente construído (VIOTTI,2006).

Acerca do empoderamento da mulher, é necessário que todo esse arcabouço teórico de propostas e documentos sejam colocados em prática nos países, e que as mulheres possam ser protagonizadas por mais políticas, usufruindo dessas novas reformas, por meio do fortalecimento dos movimentos de mulheres. Consequentemente, a Conferência de Pequim já demonstrava uma grande mudança em relação as anteriores devido a quantidade de movimentos de mulheres. "Foi a conferência de Beijing que exibiu a diversidade de movimentos internacionais de mulheres ao máximo e muito mais do que qualquer outra Conferência das Mulheres, reuniu organizações de mulheres de base de todo o mundo"(KABEER, 2005, p.5, tradução nossa)

Além disso, outro ponto que veio para somar junto com essas três inovações foi “a ênfase no tratamento da situação da mulher sob a perspectiva de direitos, o que implica reconhecer que a desigualdade entre homens e mulheres é uma questão de direitos humanos” (VIOTTI, 2006, p. 149, tradução nossa). Reconhecer que a igualdade entre homens e mulheres é um direito básico e, como já exposto pela CEDAW, em que é preciso ter um respaldo jurídico nessa problemática, além de uma perspectiva histórica e comportamental, principalmente, quando se discute sobre saúde reprodutiva e violência contra a mulher.

Já em relação a transversalidade, desde a década de 70 que já se tem uma maior preocupação de se ampliar a questão da igualdade de gênero para diversos setores e em diversos níveis de políticas. O artigo 5 do Relatório da Conferência de Beijing trata desses arranjos institucionais e das melhores maneiras de se disseminar essa agenda no nível nacional, regional e Internacional. Dando ênfase ao ponto B sobre arranjos a nível local de cada país, em que além de ressaltar a importância de políticas voltadas para as mulheres e o compromisso pelos países de todos os pontos levantados pelos documentos já traçados sobre o tema. Existe ainda uma descentralização dos principais escritórios que abordam a temática para ir atuar em países específicos. Ou seja, a abertura de secretarias sobre a temática das mulheres para atuarem a

nível local em alguns países a fim de garantir ainda mais essa transversalidade do tema. (ONU, 1995)

Um exemplo dessa criação de novas secretarias e órgãos nos países foi a criação da ONU mulheres<sup>10</sup>, em 2010, com o intuito de fortalecer ainda mais essa luta e apoiar e monitorar todas as convenções que foram realizadas pela ONU em defesa dos direitos das mulheres. (ONU Mulheres,2010).

### **1.3 ODM e ODS: a transversalidade na temática de Gênero**

Diante de toda essa trajetória da temática de gênero dentro da ONU, vários outros questionamentos foram surgindo em relação a gênero. Devido a necessidade da transversalidade do tema e de agendas que tratassem em um mesmo formato outros temas como educação, saúde, emprego, dentre outros.

Dessa forma, em 2000 foi realizado a cúpula do Milênio das Nações Unidas que deu origem a Declaração do Milênio das Nações Unidas com os principais posicionamentos dos países participantes (ONU,1999). Por meio dessa declaração, houve também o empenho dos países em cumprir uma agenda formulada em 8 objetivos e 22 metas (ONU). E apesar de o tema do desenvolvimento já estar sendo trabalhado nas Nações Unidas até pela definição de formas de Cooperação e maior progresso de países em desenvolvimento, a agenda do milênio foi uma das pioneiras em tentar abordar tantos temas diferentes reunidos sobre desenvolvimento sustentável em um mesmo compromisso (NYGARD,2015).

Na origem dessa agenda, quando foi discutido a Cúpula das Nações Unidas, havia uma grande discussão acerca da pobreza, fome, saúde especificamente a questão do HIV/AIDS. Mesmo não sendo tão discutido o tópico de gênero, a agenda abordava também essa questão diretamente no ODM 3 "Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia entre as mulheres" (ONU, 2000).

---

<sup>10</sup> "A ONU Mulheres foi criada, em 2010, para unir, fortalecer e ampliar os esforços mundiais em defesa dos direitos humanos das mulheres. Segue o legado de duas décadas do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) em defesa dos direitos humanos das mulheres, especialmente pelo apoio a articulações e movimento de mulheres e feministas, entre elas mulheres negras, indígenas, jovens, trabalhadoras domésticas e trabalhadoras rurais. Possui seis áreas prioritárias de atuação: (1) Liderança e participação política das mulheres, (2) empoderamento econômico, (3) Fim da violência contra mulheres e meninas, (4) Paz, segurança e emergências humanitárias, (5) Governança e Planejamento, (6) Normas Globais e Regionais. Informações retirada dos Website da ONU MULHERES. Acesso em:<<http://www.onumulheres.org.br/onu-mulheres/sobre-a-onu-mulheres/>>

Contudo, os ODM falharam em tentar lograr a agenda na questão das mulheres e uma das principais razões foi a forma que a agenda foi feita, sem tanto espaço para a sociedade civil (SEN, 2013; KABEER, 2008):

A ausência de um enfoque efetivo nos métodos e processos deveu-se ao fato principal de que a determinação de objetivos, metas e indicadores **se tornou um exercício tecnocrático realizado como alguns já disseram em sala sem janelas em edifícios da ONU** (SEN, 2013, p.42. tradução nossa, grifo nosso).

Desse modo, é notável que o formato que a agenda foi construída sem a participação de atores da sociedade civil e por representantes de países mais desenvolvidos levou a uma representação do problema de forma bem superficial e sem tanto respaldo de vivência de grupos e outros países que têm dados alarmantes sobre gênero.

Além de toda essa fraqueza em relação a participação da Sociedade Civil, nos ODM há uma falha na defesa dos direitos humanos das mulheres, além de seguir por um caminho completamente diferente das conferências que aconteceram nas décadas de 60 a 90, citadas anteriormente. Essa falha acontece devido à falta de uma base, nos objetivos e das metas, focada nos direitos das mulheres e em outras conquistas de gênero. Pois, a agenda deve partir de um pressuposto de monitoramento em relação às medidas das outras conferências e de outros relatórios sobre o tema e uma continuidade da linha do que já foi proposto nos relatórios e não foi alcançado (SEN; MURKHERJER, 2014).

Desse modo, a agenda do Milênio pode ser considerada um retrocesso em relação às grandes conferências que vinham acontecendo desde a I Conferência Mundial da Mulher no México. E principalmente um regresso em relação a Conferência de Beijing em 1995 que obteve grande êxito por meio do Plano de Ações. "Eles (OS ODM) serviram para reduzir as visões e as aspirações de um movimento a uma série de metas estreitas e tecnicamente concebidas" (KABEER, 2005, p. 5, tradução nossa).

Mesmo não obtendo grandes avanços em relação a temática de gênero, os ODM obtiveram grandes avanços em áreas como a redução da pobreza e outras necessidades básicas da população, como questão de saúde mais geral e temas como a fome. Uma vez que, a agenda tinha um caráter mais de solucionar problemas que estavam mais evidentes e "visíveis" na sociedade. Isto é um reflexo, principalmente, da ideia de desenvolvimento que a agenda reproduz baseado em questões mais "urgentes" nos países e pelo teor ser menos específico e introdutório em relação a temas como a questão de gênero, e inexistente em relação a temática de clima, fauna, flora, LGBTQI+ que já estavam em pauta no momento (REDDY; SEN, 2013).

Tendo isso em vista, é preocupante o retrocesso que essa agenda traz na problemática de gênero. Uma vez que, essa priorização de problemas mais urgentes pode significar uma redução da importância da problemática de gênero nesses países e, conseqüentemente, muitas dessas pautas ganharem menos pressão nos governos locais.

### **1.3.1 A agenda 2030 e gênero: avanços nas metas sobre as mulheres**

Esse avanço dos ODM, em relação a pobreza e a aceitação em diversos países dos seus objetivos e metas, culminou em 2015 no prosseguimento de uma nova agenda que iria substituir a do Milênio que estava em vigor desde 2000. Com 17 Objetivos e 169 metas, a Agenda 2030 foi elaborada para suceder a agenda do milênio e tentar ser mais ampla e mais participativa. Com uma das temáticas sobre "Não deixar ninguém para trás", A agenda foi planejada com o objetivo de tentar evitar as lacunas causadas pelos ODM e focar na maior implementação dos objetivos em todos os territórios (ONU,2014).

Além disso, os ODM estavam mais limitados a questões e problemas visíveis, com um foco maior nos países em desenvolvimento, ou seja, com um certo viés dos objetivos como algo mais restrito a países que enfrentam esses problemas. Enquanto que nos ODS temos uma visão mais global com uma maior quantidade de pautas dentre os objetivos e metas que são problemas que até então eram menos visíveis (WEBER, 2017).

O processo para a elaboração da agenda iniciou bem antes de 2015. Na Conferência Rio +20 em 2012 no Rio de Janeiro, já se discutiam sobre como seria essa nova agenda e um dos resultados da conferência foi a criação do *Open Working Group (OWG)* e do *High Level Political Forum (HLPF)* que delimitaram os temas que seriam discutidos de forma mais ampla como sustentabilidade, clima, dentre outros. Por meio de reuniões no período que antecede o lançamento da agenda pós 2015(FUKUDA-PARR, MCNEILL, 2019).

O OWG foi formulado com base em 30 países, “emergiu da RIO+20 e refletiu nas frustrações que muitos países, especialmente países de renda média, sentiram sobre o processo dos ODM” (FUKUDA-PARR, MCNEILL, 2019, p. 6, tradução nossa). Dessa maneira, o OWG foi um dos pilares para moldar a forma como a agenda foi formulada e com a presença de mais atores como a sociedade civil, academia e o setor corporativo. Destaco a participação do *Open Working Group* na formação da agenda pela questão de reunir mais atores diversos e tentar minar a lacuna na participação de atores da sociedade civil tratados nos ODM.

Além disso, é importante destacar a função do HLPF e do OWG em tratar áreas diversas por meio de grupos maiores da sociedade civil, incluindo questões indígenas, meio ambiente

dentre outros como patrocinadores na formação da agenda. Portanto, por ter mais grupos discutindo foi formalizada uma agenda pós 2015 bastante abrangente e evidenciando três pontos centrais desde a sua criação: econômico, social e ambiental (ONU,2014).

Por essa abrangência, muitos dos objetivos e metas estão interconectados uns com os outros. Le Blanc (2015) argumenta que muitos dessas conexões não são explicadas de forma clara pelos ODS:

Muito dos importantes sistemas conectados entre as áreas temáticas, que provavelmente terão que ser considerados em qualquer caminho de longo prazo em direção a um desenvolvimento sustentável, não são feitos explicitamente no quadro político dos ODS (LE BLANC 2015, p. 186, tradução nossa).

Portanto, os ODS não trazem uma explicação política e argumentativa do porquê algumas áreas são conectadas e outras não. Isso é um reflexo também na forma que a agenda foi realizada e como pode ter tido grandes influências estratégicas políticas e acadêmicas. Além de que foi criado um grande esforço no monitoramento dos ODS em tentar mensurar metas e objetivos devido a essa grande conexão, e isso pode ser refletido pela lacuna de dados e questões de financiamento na agenda. (ESQUIVEL, 2015)

E quando se trata da questão de mulheres na agenda, é notável essa transversalidade do tema. Indo no mesmo sentido do ODM 3, foi criado o ODS 5 ("Igualdade de Gênero") com 9 metas. Há metas e objetivos que se ligam ao ODS 5 de maneira direta e específica com determinações na escrita trazendo especificações sobre as mulheres ou de forma indireta em que há determinações comprovada por acadêmicos e pesquisadores sobre a interconectividade entre certos temas que não são conectados na agenda. Um dos exemplos é a temática de meio ambiente, clima e mulheres (LE BLANC, 2015).

No quadro abaixo, foram selecionadas as principais metas que trazem referência direta a igualdade das mulheres. Trazendo como base o ODS 2, 3, 4,6, 8, 11 e, por fim, o ODS 5 que se relaciona diretamente. Importante ressaltar que essa divisão é baseada em metas que em seu conteúdo tem especificação direta sobre as mulheres se posicionando de forma a diminuir a desigualdade entre homens e mulheres e que as tragam como protagonistas assim como outros povos que sofrem desigualdades, como é o caso dos indígenas. Existem diversas representações referente a mulheres na agenda mas o número de metas que fazem referência explícita a mulheres como um grupo que precisa de prioridades em relação aos homens, em algumas temáticas, é limitado.

**Quadro 1** – Objetivos e metas relacionados a mulheres

|                                                                                       |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |
|---------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <p>ODS 5 – Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas</p> | <p><b>5.1 Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas</b> em toda parte</p> <p><b>5.2 Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas</b>, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos</p> <p><b>5.3 Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas</b></p> <p><b>5.4 Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado</b>, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais</p> <p><b>5.5 Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança</b> em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública</p> <p><b>5.6 Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos</b>, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão</p> <p><b>5.a Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade</b>, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais</p> <p><b>5.b Aumentar o uso de tecnologias de base</b>, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres</p> <p><b>5.c Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação</b></p> |
|---------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

|                                                                                                                                                  |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|                                                                                                                                                  | <b>aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                  |
| ODS 2 – Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura Sustentável.                           | <p><b>2.2</b> Até 2030, <b>acabar com todas as formas de desnutrição, incluindo atingir, até 2025</b>, as metas acordadas internacionalmente sobre nanismo e caquexia em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, <b>mulheres grávidas e lactantes</b> e pessoas idosas.</p> <p><b>2.3:</b>Até 2030, <b>dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres</b>, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra,</p> |
| ODS 3 – Assegurar uma vida saudável e promover o bem estar para todos e todas, em todas as idades                                                | <p><b>3.1</b> Até 2030, <b>reduzir a taxa de mortalidade materna global</b> para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos</p> <p><b>3.7</b> Até 2030, assegurar o acesso universal aos <b>serviços de saúde sexual e reprodutiva</b>, incluindo o planejamento familiar, informação e educação, bem como a integração da saúde reprodutiva em estratégias e programas nacionais</p>                                                                                                                                                                                                                     |
| ODS 4 – Assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos e todas. | <b>4.5</b> Até 2030, <b>eliminar as disparidades de gênero</b> na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
| ODS 6 – Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todas e todos                                                 | <b>6.2</b> Até 2030, <b>alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos</b> , e acabar com a defecação a céu aberto, <b>com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas</b> e daqueles em situação de vulnerabilidade                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           |

|                                                                                                                                             |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| ODS 8 – Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo, sustentável, emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todos e todas | <b>8.8 Proteger os direitos trabalhistas e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores migrantes, em particular as mulheres migrantes, e pessoas em empregos precários</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
| ODS 11 – Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis                                       | <b>11.2</b> Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades <b>das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres,</b> crianças, pessoas com deficiência e idosos<br><b>11.7</b> Até 2030, <b>proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e</b> crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência |

Fonte: Nações Unidas (2015).

Muitas dessas metas são conectadas umas com as outras mesmo que não esteja tão claro no texto essa ligação, como exemplificado pelo quadro 1. Por exemplo, na meta 5.2 sobre violência contra as mulheres e na meta 5.1 sobre formas de discriminação, estas se relacionam muito com o ODS 3 de saúde. Uma vez que há todo um debate da violência física e psicológica que muitas mulheres sofrem relacionando com a questão de saúde mental e os danos físicos causados nas mulheres. E a meta 5.6 se relaciona diretamente com a questão de saúde reprodutiva das mulheres estabelecendo uma conexão direta com a meta 3.7 sobre saúde sexual reprodutiva, planejamento familiar dentre outras.

Dessa forma, é inegável o avanço nos ODS em relação a temática de gênero em alguns temas que são fundamentais. Tais como em certas problemáticas que até certo tempo atrás não eram tão discutidas, como a questão de mulheres no comando de terras e produtividade agrícola (Representado na agenda agora pela Meta 5.a e 2.3), que era algo mais restrito ao posicionamento de homens no comando da terra. Tudo isso devido a um estereótipo de influência colonial e patriarcal de que o homem detém a terra e os meio de produção e de poder (DEERE,2018).

Além disso, os ODS trazem algumas referências a outras Conferências e outros programas importantes na luta pelas mulheres como na meta 5.6 que há uma citação direta ao

Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e a Plataforma de ação de Pequim. E traz em sua agenda de gênero dois temas que são muito importantes e que não eram abordados antes nos ODM: a violência contra a mulher (Meta 5.1) e os direitos fundamentais da saúde reprodutiva e sexual feminina (3.7 e 5.6) (KABEER,2008).

Em relação ao tocante das outras conferências e programas, no texto das metas é visto de forma ainda muito retraído por toda a agenda, posto que há muitas questões econômicas e até mesmo de dados que a agenda não toca. Ainda é muito restrito essa revisão do que foi discutido nas outras conferências para se adequar a uma linha de continuidade de todos os pontos já levantados. Tendo em vista disso, muitas das metas propostas pelos ODS não tocam em alguns dos pontos levantados no Plano de Metas de Pequim, tais como gastos militares, paz e segurança, uma ênfase no desenvolvimento econômico das mulheres (ONU, 1995). Dessa forma, de que maneira pode se obter a igualdade de Gênero se muitos dos avanços realizados anteriormente e as principais dificuldades não são deixadas claras nas metas e objetivos mesmo que de forma sucinta (PONTE, ENRÍQUEZ, 2016).

Quanto a questão dos direitos e saúde reprodutiva e sexual, são discutidos nos ODS de forma mais clara na meta 5.6 e 3.7, que faz referência a saúde reprodutiva e planejamento familiar. Tudo isso é um grande avanço, tendo em vista a atuação histórica na ONU com diversos países conservadores e grupos religiosos contra essa questão da saúde da mulher e formas de planejamento familiar. Contudo, alguns grupos feministas do WMG apontaram que há uma falha na agenda em não se discutir formas de levar essas informações a pessoas mais jovens sobre sexualidade, conhecimento do próprio corpo. Em razão de que os ODS 3.7 (Saúde), 5.6 (Gênero) e o 4.5 (Educação), não discutem sobre educação sexual para jovens na área do ensino e principalmente pelo fato de a agenda não citar resoluções internas de Estados que discutem sobre direitos e educação sexual reprodutiva. Podendo servir como um entrave a essa questão em países que já tenham uma resolução clara sobre isso (WMG,2014)<sup>11</sup>.

Já sobre a meta 5.5, sobre os processos de tomada de decisão, é muito importante ter representatividade feminina nesses processos (RAVAZI, 2016). Entretanto, além dessa participação nesses processos nacionais de cada país, é importante ter mulheres em cargos

---

<sup>11</sup> Documento do Women's Major Group :Women's "8 Red Flags" following the conclusion of the Open Working Group on Sustainable Development Goals (SDGs), 2014.

variados. Desse modo, a meta faz referência a cargos mais altos para as mulheres mas acaba abandonando processos mais locais, até mesmo como uma forma de suporte a OSC.

Denney (2015) ressalta o caso da África do Sul com a grande quantidade de mulheres nos cargos parlamentares e com o importante papel feminino para tentar minar o apartheid. Porém, isso pode ter diminuído o poder dos grupos mais locais, grupos de "base" como a autora menciona. Posto que, a maiorias das lideranças femininas locais migraram para bases governamentais e parlamentares e houve uma falta de mulheres com experiência para conduzir esse movimento local.

Dessa maneira, a agenda 2030, no que compete aos temas das mulheres, evoluiu bastante em relação aos objetivos do milênio. Todavia, ainda há muitas lacunas e falhas na questão de gênero, principalmente na escrita dos temas que evidenciam que é preciso repensar a forma que as mulheres se encaixam dentro de outros segmentos sociais. E mesmo já trazendo um maior conhecimento sobre direitos humanos não há uma base suficiente para entender que alcançar a igualdade entre homens e mulheres é um direito essencial e humano. "Um problema dos ODS é que os direitos básicos que poderiam ser caracterizados como direitos humanos não são considerados como tal" (POGGE, SENGUPTA, 2015, p. 766, tradução nossa.) Em vista disso, mesmo com uma certa referência sobre os Direitos Humanos, ainda há falha em deixar implícito na agenda algumas questões básicas, tais como acesso a água, alimentação, dentre outras, e considerar todos esses direitos como essenciais. A agenda tem que partir de uma base de todos esses direitos para depois passar a englobar outras questões (WEBER, 2009).

Gita Sen (2018) afirma que há uma base de direitos humanos ligada explicitamente ao ODS 5 e que isso se deve principalmente a atuação da ONU Mulheres e da atuação de grupos da Sociedade Civil:

Diferente de ODM 3, no entanto, os direitos humanos encontraram seu caminho para Metas do ODS 5, tanto explicitamente como na meta 5.6 e 5.a, e implicitamente em vários outros alvos, como 5.1, 5.2 e 5.3 em eliminando e acabando com a discriminação, violência e danos práticas (SEN, 2018, p. 48, tradução nossa).

Desse modo, a importância da questão de gênero ser tratado como um direito humano na agenda é explícita em algumas passagens das metas. Contudo, não se sabe até que ponto os ODS possuem uma narrativa de base forte para a implementação dessas metas nos países com base nos Direitos Humanos. E até que ponto esses movimentos feministas que Gita Sen (2018) ressalta como a variável responsável por introduzir temas como esse na agenda foram incluídos como atores no processo de elaboração da agenda.

Portanto, ainda existem alguns problemas estruturais na agenda 2030, que antes eram mais gritantes ainda nos ODM, e nos ODS passaram a ser visto de forma mais sutis. Nessa agenda do Milênio, um dos grandes problemas que foram responsáveis pela ineficácia na questão de gênero foi a forma que a agenda foi feita sem a participação de movimentos de mulheres (KABEER, FUKUDA PARR, SUN, 2004). Desta maneira, tendo em vista que há uma importância em entender quem são os atores que participaram da formação da agenda e como se realizou esse processo, pretendo analisar do ponto de vista das Organizações de Mulheres, o *Women Major Group*, no próximo tópico. E do setor corporativo, no terceiro capítulo, e outros grandes doadores que participaram do processo, como ocorreu essa elaboração da agenda 2030, e o porquê de a agenda não tocar ou não desmistificar a ideia de alguns pontos centrais sobre a igualdade de gênero.

#### **1.4 A Construção da agenda 2030: a atuação do WMG e suas principais barreiras**

Primeiramente, toda a evolução nessa agenda internacional, sobre a questão de gênero, é resultado de um processo de como o seu conteúdo foi determinado e de financiamento da própria agenda. A agenda do milênio é formulada, majoritariamente, por burocratas, pelo setor corporativo, por pessoas de países do norte e países desenvolvidos (ESQUIVEL, SWEETMAN, 2016). Portanto, o conteúdo sobre igualdade de gênero na agenda do milênio foi realizado por países que não convivem com taxas tão alarmantes da questão de gênero e há a falta de representatividade nesse sentido de mulheres e grupos de mulheres da sociedade civil. (GABIZON, 2016):

A Assembleia Geral das Nações Unidas é muito restritiva no que diz respeito a participação da sociedade civil, e os ODM, que precederam os ODS, foram desenvolvidos com o mínimo de contribuição de muitos grupos sociais cuja participação na implementação foi crítica e cujo apoio a metas e objetivos foi falho. (GABIZON, 2016, p. 2, tradução nossa)

Desse modo, a participação de organizações da sociedade civil sempre foi uma questão limitada dentro da ONU. No caso dos ODM, o principal entrave foi a questão da "comunidade internacional", como destaca Gita Sen (2018), principalmente em comandar como deveria se organizar o financiamento da agenda do Milênio e dando pouco espaço para o incentivo para Organizações de Mulheres. Até porque até mesmo dentro da ONU há um discurso de que alguns países são mais influentes e têm maior força dentro da organização.

Já nos ODS, houve uma mudança na articulação dessa agenda. Em virtude de que foi nesse período que houve um maior fortalecimento na organização de novas formas de parceria. O início de uma "governança de desenvolvimento sustentável" com uma maior participação de diversos atores: (1) privados, (2) Estados, (3) instituições filantrópicas, (4) think tanks, dentre outros (BULL, MCNEIL, 2019). Contudo, aumento da participação não significa dar poder de tomada de decisão e participação a esses atores.

Em relação a gênero e a própria elaboração do ODS 5, é possível perceber que "Mulheres e organizações de mulheres são essenciais para impulsionar o potencial dos ODS, promovendo o direito das mulheres, em especial o ODS 5" (ROSCHE, 2016, p.123, tradução nossa). Consequentemente, houve uma maior participação de organizações da sociedade civil durante todo o processo de formação da agenda, indo ao contrário do que aconteceu com os ODM.

E essa mudança aconteceu devido a pressão dentro da ONU por ampliar a forma como as tomadas de decisões acontecem e por influência de outras conferências como a de Pequim, onde teve o maior número e diversidade de organizações que participaram ativamente da formulação da Plataforma de Ações e do próprio relatório da Conferência. E por todo o sucesso dos resultados obtidos neste evento, que foi um dos mais importantes nessa temática, há a importância de se ter Organizações da Sociedade Civil a frente de agendas que debatam desenvolvimento (KABEER, 2005).

Nesse sentido, em 1992, na Eco-92 no Rio de Janeiro, foi criado o *Women Major Group*, um grupo formado por mais de 600 Organizações feministas e de direitos das mulheres em todo o mundo. O WMG tem "o papel de garantir a participação pública efetiva de grupos não governamentais de mulheres nos processos políticos da ONU sobre desenvolvimento Sustentável" (GABIZON, 2016, p. 2, tradução nossa). Dessa maneira, o WMG e seus movimentos que o compõem é o principal pilar da Sociedade Civil que vai debater gênero para a resolução da agenda pós 2015.

Essa participação aconteceu principalmente por meio de reuniões do *High Level Political Forum* e do *Open Working Group*. Ambos foram definidos durante a Conferência RIO+20 no Rio de Janeiro. Tanto o HLPF e o OWG têm uma grande importância na questão desses atores terem mais oportunidades e darem espaço a voz das Organizações da Sociedade Civil (WMG,2014).

Esse espaço pode ter resultado em um grande poder de *advocacy*<sup>12</sup> dentro de negociações e até mesmo pelo prestígio nas decisões, condições políticas favoráveis, que o WMG possuía tanto no HLPF como nas decisões da Assembleia Geral. O WMG desde a sua criação em 1992 foi desenvolvendo diversas formas de *advocacy*<sup>13</sup>:

O *advocacy* do WMG incorpora múltiplos aspectos: desenvolvimento de um papel de posicionamento e mensagens comuns, comunicação via tradicional e mídia social, encontros com delegados e aliados, mapear posições de estados membros e discursos e hospedar eventos paralelos. (WMG, 2014, tradução nossa)

Portanto, o grupo utiliza muito de pesquisa e divulgação de redes e documentos de posição. Outro importante ponto é da abrangência e articulação com outras áreas de grupos maiores. O grupo foi responsável por trazer questões não só da pauta de gênero, mas “No processo dos ODS, o WMG cooperou juntamente com grupos semelhantes de pessoas indígenas, sindicatos, meio ambiente e ONGs de desenvolvimento” (GABIZON, 2016, p. 5, tradução nossa)

Em vista disso, o WMG foi responsável por levar uma maior forma de representatividade de países do sul global a agenda e pelo ingresso da palavra gênero no objetivo que tange às mulheres. Posto que, alguns países da África e da Arábia Saudita nas reuniões sobre o rascunho da agenda se opuseram ao uso da palavra gênero, com o argumento de estar ligada não somente a mulheres mas a proteção de direitos LGBTI+ (GABIZON, 2016). Dessa maneira, o WMG representou um combate contra ideias conservadoras que estavam transitando no rascunho dos ODS.

Além disso, o WMG tinha um papel duplo de defender as ideias e pautas de gênero na agenda. Uma vez que, as próprias agências da ONU, como o ONU Mulheres, não tinham o poder de definir pautas que eram centrais no texto dos ODS, por recomendações da própria Assembleia Geral da ONU (GABIZON, 2016). Portanto, as pautas específicas que estavam em trâmite na agenda eram definidas a partir de atores externos a ONU e suas agências.

Contudo, também existiram algumas barreiras com as proposições propostas pelo grupo. Como nas questões de direitos reprodutivos femininos, em que houve grande resistência por parte de alguns países que tinham uma agenda mais conservadora. A temática de direitos

<sup>12</sup> *Advocacy* como um mecanismo de organizações de forma direta influenciar as decisões dentro de algum escopo político em favor de algum grupo de pessoas. Para isso é preciso que existam condições políticas favoráveis para que, no caso o Women Major Group possa atuar nas propostas dos objetivos e metas da agenda pós 2015. (LIBARDONI apud. CRAIG)

<sup>13</sup> Informação retirada do site. Para Mais informações: <http://www.womenmajorgroup.org/our-work/advocacy/page/5/>

reprodutivos, mesmo com a entrada na meta 3.7 e 5.6, até os dias atuais ainda continua sendo um tabu na ONU, principalmente pelos países que tem uma frente conservadora e religiosa em seu poder e associam essa problemática a questão de direitos LGBTQI+ e pró-aborto.

Outra barreira enfrentada pelo grupo a sua participação na agenda foi o financiamento. Uma vez que, muitas organizações que faziam parte do WMG eram de pequeno porte e não tinham tanto suporte financeiro para enviar representantes às reuniões em Nova York ou para o próprio suporte da Organização. Mesmo a ONU sendo uma das provedoras de financiamento dessas organizações, ainda havia uma lacuna na forma que esse financiamento era realizado e de que forma essa verba era investida em certos segmentos e em outros não (GABIZON, 2016).

As reuniões principais do HLPF aconteciam também a nível regional e local, o que acaba por facilitar mais a presença de organizações do Sul. Já as reuniões do OWG aconteciam sempre em Nova York e contavam com um maior impacto nas discussões sobre a agenda. Entretanto, muitas das resoluções locais do HLPF eram levadas ao OWG. E muitas das mulheres atuavam em uma linha de *advocacy* localmente e influenciavam diretamente nas reuniões do OWG em Nova York. "O *advocacy* desses grupos feministas influenciou as posições marteladas nessas reuniões regionais" (SEN, 2018, p. 34, tradução nossa).

Além disso, outro grande enfraquecimento que o financiamento promove aos movimentos da sociedade civil dentro dos ODS, é não ter um fundo específico para gênero no momento para elaboração da agenda pós 2015, e até mesmo para a implementação dos objetivos territorialmente. As próprias organizações, como o WMG, são financiadas por fundos sobre meio ambiente e clima, como o Fundo Verde do Clima que aderiu a temáticas de gênero e das mulheres relacionadas a clima e meio ambiente, para discutir de que forma ocorre essa desigualdade nesse campo (GABIZON, 2016).

Outra barreira enfrentada pelas organizações do WMG era a questão da língua, visto que a grande maioria das reuniões e relatórios eram escritos em inglês e muitas das mulheres que participaram como representantes de organizações, não tinham tantas oportunidades de tomar decisões. Dessa forma, é preciso tornar esses processos mais participativos tanto internamente nas organizações como com os principais doadores e atores envolvidos na agenda (GABIZON, 2016).

Por fim, Gita Sen (2018) destaca outro ponto sobre a barreira que esses grupos enfrentaram, que é o debate norte-sul, como destacado na Conferência de Nairóbi, e que ainda está muito forte, posto que ainda há uma grande discussão econômica entre alguns países e uma onda de ultra conservadorismo e de propagação de religiões conservadoras que minam o *advocacy* de diversos grupos feministas.

Muitas dessas barreiras sofridas pelo WMG tem grande ligação com outros atores que participaram desse processo de criação do texto de metas e objetivos do compromisso lançado em 2015. E não somente no momento de estruturação, mas após o lançamento da agenda, até o período atual, há grande influência de atores poderosos na (1) forma que os ODS foram criados, (2) nas temáticas principais e (3) na implementação por meio de parcerias (ESQUIVEL, 2016). Pretendo abordar essas três temáticas, e de que forma isso tudo influencia para a grande lacuna da agenda em problemas estruturais, no terceiro capítulo deste trabalho.

Mesmo com todas as barreiras enfrentadas pelo WMG e a alta participação de grupos desenvolvidos na formulação da agenda 2030, é inegável uma evolução em procedimentos de participação na agenda:

Esses documentos deixam claro que os ODS não resultaram de uma negociação pontual, **mas devem ser vistos como parte de um processo de contestação das agendas de desenvolvimento que vinha acontecendo por décadas.** Feministas e outras mobilizações da sociedade civil pelos ODS começaram cedo, no contexto da RIO+20, **foi feito um efetivo uso no espaço que abriram com o Open Work Group, especialmente os grupos maiores** (FUKUDA PARR, MCNEILL, 2020 p. 12, tradução nossa, grifo nosso).

Portanto, é notável que a transição dos ODM para os ODS trouxe muitas mudanças positivas para a questão de gênero em alguns aspectos importantes. E destaco aqui essa evolução de alguns fatores, como a maior participação de OSC e do WMG e de mecanismo que propiciaram essa maior participação, como o OWG e o HLPF, que foram essenciais para dar mais voz a esses grupos.

Dessa forma, o movimento de mulheres, assim como outros movimentos sociais, vem se transformando e se readaptando as novas demandas globais. Como observado, a temática iniciou de forma frágil no âmbito das Nações Unidas e foi ganhando mais força e um foco maior em assuntos que pareciam ser mais urgentes e mais visíveis, em que a desigualdade das mulheres estava presente. Com o passar das Conferências da década das mulheres (1975-1985), a Conferência de Pequim e a criação de outras declarações, houve uma maior expansão dessa agenda de gênero para outras áreas, atores e em diversos níveis de políticas por meio da transversalização de gênero e do multilateralismo da organização.

A concepção da agenda do milênio veio nesse âmbito de abordar problemas de gênero juntamente com outras temáticas em um só compromisso. Contudo, no que tange a agenda das mulheres, o Objetivo do Milênio 3 (Sobre a igualdade de gênero) é superficial e não tem um foco muito grande. E isso acontece principalmente por não ter uma regulação que exemplifique as conquistas e o caminho percorrido até a Conferência de Pequim em 1995, por ter sido

elaborada por autores de países mais desenvolvidos e com participação limitada da sociedade civil e por ainda ter um grande debate norte-sul na agenda com a temática, o que pode levar ao enfoque maior em questões mais prioritárias como a fome e a pobreza.

Mesmo com todos esses pontos levantados, a agenda foi muito bem recebida por diversos países, instituições, setor privado, dentre outros atores. O que levou a chegada dos ODS, uma agenda bem mais ampla nos temas e números de objetivos e metas, e que foi lançado de modo a tentar solucionar alguns problemas que eram recorrentes dos ODM.

De certo modo, houve uma maior participação da Sociedade Civil em sua elaboração, com a atuação do WMG e de mecanismo como o HLPF e do OWG. Além de uma estrutura mais ampla, em que não há foco somente em problemas tão urgentes e visíveis, mas que permeiam toda a comunidade internacional, como é o caso das questões sobre meio ambiente. Entretanto, ainda há grandes problemas nos ODS, no que toca a questão das mulheres. Problemas esses que vão da estrutura do próprio texto da agenda até a forma que as políticas da "governança do desenvolvimento sustentável" vem atuando internamente, assim como problemas na elaboração da agenda com a participação de atores privados (BULL, MCNEILL, 2019). Tudo isso leva a uma grande lacuna na questão da agenda 2030 no que tange às mulheres, **a falácia de que o sistema de opressão das mulheres, o patriarcado, está defasado.**

## **2 O SISTEMA PATRIARCAL E AS RAÍZES DE DESIGUALDADES HISTÓRICAS**

### **2.1 Raízes históricas da desigualdade de gênero**

Como exposto no capítulo passado, a questão das mulheres dentro da ONU é desenvolvida há algum tempo. Principalmente, a partir da Conferência de Pequim que ganhou um tom mais notável como reflexo para outros compromissos e grandes eventos que viriam a discutir a temática. Dessa maneira, a própria organização já possui um grande arcabouço teórico e de documentos que traçam linhas importantes sobre a questão das mulheres.

A partir disso se entende que a luta das mulheres perpassa por comportamentos de desigualdade histórica e que com o tempo ganhou força entre agendas de desenvolvimento e entre os países. “O gênero tornou-se uma das categorias analíticas mais importantes na empreitada acadêmica de descrever o mundo e tarefa política de prescrever soluções” (OYĚWÙMÍ, 2004, p.4, tradução nossa). E tudo isso devido também as pressões de grandes conferências e agendas como os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) e o grande compromisso dos países em assumir mudanças nas questões ligadas às mulheres (ALVES, 2016).

Todavia, para uma melhor explanação deste trabalho, pretendo voltar alguns anos atrás, em razão de que as desigualdades que surgiram há muito tempo como o trabalho doméstico, a família, e a entrada das mulheres no mercado de trabalho ainda se mantém presente na história atual mesmo que de modo brando. Portanto, neste capítulo darei ênfase a teoria do patriarcado e duas origens históricas dessa desigualdade: a questão do trabalho na esfera pública e a formação da família como esfera privada.

### **2.2 Questão do trabalho: esfera pública**

Tendo em vista a abordagem utilizada por Giddens (2001) da perspectiva de gênero como algo socialmente construído, há uma perspectiva funcionalista em que há papéis pré-definidos para homens e mulheres devido a construção social do gênero: “as diferenças de gênero não são determinadas biologicamente, mas geradas culturalmente. Neste sentido, existem desigualdades de gênero, pois os homens e as mulheres são socializados em papéis diferentes” (GIDDENS, 2001, p. 110).

Dessa maneira, uma das grandes problemáticas dentro da questão de gênero é em relação aos papéis pré-determinados e imutáveis na sociedade por homens e mulheres, em que

foram criados e são socializados há muito tempo. No que toca a questão do surgimento de trabalhos, se de um lado as mulheres são vistas por ter um papel mais ligado a trabalhos domésticos. Por outro lado, os homens são vistos por ter papéis mais ligados a prover o sustento da família e ser chefe de casa:

Assim, desde o período colonial a exigência de submissão, recato e docilidade foi imposta às mulheres. Essas exigências levavam à formação de um estereótipo que relegava o sexo feminino ao âmbito do lar, onde sua tarefa seria a de cuidar da casa, dos filhos e do marido, e, sendo sempre totalmente submissa a ele (FOLLADOR, 2009, p. 8).

E isso tudo foi ainda mais intensificado com o desenvolvimento de fábricas e trabalhos industriais, em razão de que foi o grande impulso para a saída dos homens do trabalho em casa para ocupações mais externas em fábricas e indústrias. Pois no período em que o principal meio de produção era a terra, ou seja, o meio de sustento e trabalho de todas as famílias, havia uma forma de dominação sobre as mulheres em trabalhos domésticos. E com a saída dos homens para empregos fora dessa esfera da casa, houve o início de uma nova forma de opressão, a divisão do trabalho em que homens detinham funções mais valorizadas e as mulheres detinham um trabalho com menor valor (FOLLADOR, 2009).

Nesse sentido, essa definição de papéis de gênero, na perspectiva funcionalista, dentro de uma esfera da família e de relações entre homens e mulheres pode levar a uma submissão das mulheres dentro do que Walby (1999) define como esfera privada, na desigualdade de gênero. Tendo por base a definição de público e privado, em relação ao trabalho, como uma distinção entre a vida doméstica e a vida não doméstica (OKIN, 2008).

Portanto, como já observado, na esfera privada há uma submissão das mulheres por serem retratadas com serviços de casa. Já na esfera pública há outra forma de submissão feminina, posto que grande parte da mão de obra em trabalhos fora de casa e dos meios de produção público (empresa e Estado) por um longo período da história foram compostos por homens. Os homens dentro da esfera pública são os grandes protagonistas, uma vez que são os grandes provedores financeiros da família (DOS SANTOS SOUZA, 2015).

Partindo do pressuposto desses dois tipos de esferas, há diversas formas de desigualdade de gênero que podem ser analisadas no âmbito familiar (privado) e no âmbito do mercado e Estado (público). Dessa maneira, pretendo delimitar duas formas de opressão vivenciadas pelas mulheres a partir do momento que houve a entrada da mão de obra feminina no mercado de trabalho, fora de casa, e que são relevantes para entender a desigualdade nas questões de emprego e de desenvolvimento de organizações.

### 2.2.1 Formas de submissão das mulheres no trabalho

A primeira forma de submissão é denominada por Teresinha Souza (2015) como o processo de "pauperização", ou seja, em relação aos salários pagos aos homens que não era suficiente para prover sustento a toda família e o salário pago às mulheres com as mesmas funções dos homens. A partir do momento que houve uma maior abertura dentro do âmbito público as mulheres, com a baixa dos salários dos homens e crise nessa esfera pública. Consequentemente, houve também uma desigualdade nos salários pagos em relação aos homens e com as mesmas funções. " O capitalismo, por sua vez, prepara o campo para que, quando o capital necessite pagar salários menores para aumentar a extração da mais-valia possa fazê-lo – sem contestação e algumas vezes sob aplausos."(DOS SANTOS SOUZA, 2015, p. 480).

Portanto, mesmo com uma maior abertura dessa esfera industrial e a geração de empregos fora da esfera de casa para as mulheres, também houve uma grande exploração em relação ao seu trabalho e aos salários pagos. "São as mulheres que são excluídas do mercado (da troca) enquanto agentes econômicos e não sua produção" (DELPHY, 2015, p.102). Assim sendo, fica claro que mesmo com o seu poder de produção intacto e de forma similar aos dos homens, há uma clara exclusão e submissão das mulheres em relação as questões de trabalho.

E mesmo assim, durante muito tempo passou a ser considerado como uma vitória da luta feminista: as mulheres conseguirem mais espaço nesse meio público mesmo que ainda existissem situações de extrema desigualdade (aplausos e sem contestação). Um benefício que traz com ele vários pontos neutros e que colocam mais ainda em situação de desigualdade e submissão as mulheres. Dessa maneira, essa mudança na igualdade de gênero com a maior abertura de empregos não mudou a realidade das mulheres, pois os salários continuam abaixo dos homens, apesar das oportunidades aumentaram diante de uma forma de opressão (LABECQUE, 2010).

A segunda forma de submissão das mulheres, na questão de trabalho, tem início no século XX e tem como ponto de partida as Conferências da ONU, como já citadas acima, e o conceito de mulheres em Desenvolvimento que vem sendo amplamente utilizado. Até que ponto esse conceito de desenvolvimento e mulheres, a criação de organizações e de uma agenda de gênero tem efeitos reais sobre as mulheres ou apenas é uma estratégia de se utilizar disso para interesses mercantis?

Se na pauperização dos salários das mulheres, o grande acelerador foi a crise na esfera privada e o aumento do custo de vida que fez com que mulheres buscassem emprego e

servissem de mão de obra, tudo isso no âmbito da Industrialização (PILAR, 2014). No que concerne ao âmbito do desenvolvimento com uma nova agenda sobre as mulheres entre os países, está sendo marcado pela Globalização. E tem como acelerador a grande crise que assolou o mundo, principalmente o Sul Global, após o Consenso de Washington, além disso, a criação de Organizações como o Banco Mundial dentre outras e, por fim, a transversalização de gênero (*Gender Mainstreaming*), um conceito utilizado de forma mais ampla durante a Conferência de Pequim (LABRECQUE, 2010).

Durante esse momento da história, Maria Labrecque (2010) associa ao conceito de instrumentalização de gênero<sup>14</sup> o modo pela qual as Organizações Internacionais, como o Banco Mundial, e outras agendas de desenvolvimento se utilizam da noção de gênero de forma a retirar benefícios. Isso tudo em um contexto de crise do Sul Global com uma maior oferta de mão de obra feminina, consequentemente, diversos atores e Organismos Internacionais passaram a observar as mulheres como protagonistas e principal mão de obra para sair da crise. Contudo, se de um lado a inserção das mulheres nesses organismos e em cargos de trabalho é algo benéfico, por trás de toda essa conjuntura esses organismos agem de forma estratégica de modo a colocar noções de mercado e de lucros acima de todas as pautas de gênero:

Em outras palavras, a lógica instrumental consiste em considerar as mulheres como um recurso, como um investimento lucrativo. No aspecto do desenvolvimento internacional, **a instrumentalização do gênero refere-se à forma sob a qual as recomendações internacionais chegam às organizações do desenvolvimento, seja sob a forma de um conjunto de fórmulas e maneiras de agir (package) que favorecem uma aplicação mais mecânica das medidas visando à igualdade de gênero**, ou retomando uma dicotomia que está no centro da instrumentalização – a satisfação das necessidades práticas de gênero prevalece sobre a dos interesses estratégicos de gênero (LABRECQUE APUD RMAN SOHAL, 2010, p. 905, grifo nosso).

Dessa maneira, essa noção de desenvolvimento e Mulheres, criado por organizações mais fortemente a partir dos anos 2000, representa um retrocesso de políticas femininas e o uso estratégico das mulheres por meio do pagamento de maus salários e sobrepondo homens em posições mais elevadas que mulheres, trazendo à tona o debate da dominação masculina e desigualdade de gênero (LABRECQUE, 2010).

---

<sup>14</sup> A autora utiliza o conceito de Instrumentalização de gênero de Alexandra Dobrowolsky: "Tal como é definida notadamente por Alexandra Dobrowolsky,<sup>23</sup> a instrumentalização das mulheres ocorre quando estas são colocadas de maneiras altamente estratégicas. De acordo com essa autora, a instrumentalização das mulheres, tanto quanto a racialização ou a invisibilização das mulheres, são envolvidas nos processos de mercantilização, estes concomitantes à corrida para a segurança atualmente. Ela ainda afirma que a mercantilização agrava as desigualdades econômicas e contribui para a invisibilização e instrumentalização das mulheres (LABRECQUE, 2010, p. 903, 904).

Sendo assim, é possível perceber que grande parte do que foi exposto e iniciado na década de 70 com a questão das Mulheres e desenvolvimento (*Women and development*) representa um desenvolvimento errôneo da ideia de instrumentalização das mulheres. Posto que, grande parte de agendas liberais e outros organismos econômicos se aproveitam de uma imagem positiva de ajuda a agenda de gênero, mas com estratégias que submetem ainda mais as mulheres.

Além disso, é viável identificar que em grande parte dessas políticas e ações, dessa noção de desenvolvimento, são operadas de forma a ter uma predominância do viés econômico sobre o viés social. Labrecque (2010) associa isso a políticas neoliberais que são utilizadas nessa questão de desenvolvimento de forma que o lucro é o motivo que leva a essa maior inclusão de políticas de gênero.

Nessa perspectiva, Cinzia Aruzza (2015) associa em uma de suas visões de capitalismo juntamente com a desigualdade de gênero, que esse sistema tem uma posição estratégica sobre as mulheres, de modo que: “Em suma, o capitalismo tem uma relação essencialmente oportunista com a desigualdade de gênero: usa o que acha benéfico das relações de gênero existentes, e destrói o que se torna um obstáculo” (ARUZZA, 2015, P.37). Desse modo, muitas dessas questões econômicas impostas as mulheres é muito mais uma forma de submissão a um sistema econômico contaminado ainda por grandes desigualdades.

Se por um lado, as questões econômicas estão no centro de toda essa desigualdade de gênero. Há diversas outras esferas ou sistemas que permeiam a situação das mulheres e propagam ainda mais formas de opressão sobre essa questão de gênero. O patriarcado está dentro de todo esse complexo que leva a desigualdade de gênero. Mesmo com o seu surgimento na história como um sistema diferenciado do capitalismo e outras formas de ideologias, ambas passam a atuar juntos na questão das mulheres (FRANZONI, VOORENI, 2009).

### **2.3 A formação da família como uma forma de desigualdade**

Se a questão econômica patriarcal se baseia na forma desigual de produção a nível de mercado e na esfera pública. Na esfera privada, há outra temática que dialoga diretamente como forma de disparidade de gênero, a reprodução. Uma vez que, essa foi uma forma de submissão que teve início há muitos séculos (WALBY, 1989).

A formação da família tem um papel essencial para entender o porquê da desigualdade de gênero nesse processo. Desde o período arcaico que muitas mulheres eram consideradas essenciais para a família devido a "reprodução". Se de um lado a família constitui uma forma

de união, por outro cria papéis, formas e adiciona certos valores, de como o homem e a mulher devem seguir dentro dela (LENER, 1986).

É nesse contexto de papéis pré-definidos que existe uma raiz de grande desigualdade das mulheres, pois há uma grande questão de devoção e até mesmo obediência a um “chefe”, o homem da família, que é posto como dono de casa. E grande parte das mulheres se tornam submissa a toda essa relação (DELPHY, 2015). E, nesse prosseguimento, há uma grande responsabilização das mulheres, para mover a família não no nível econômico, mas no nível social. É preciso estabelecer um certo limite entre o individual (Mulheres) e o coletivo (a família), principalmente no que diz respeito a mulher levar á frente da família com todos os cuidados domésticos, dentre outros. "É irreal e arriscado assumir que os membros da família podem fornecer um cuidado suplementar ilimitado para cada um, especialmente quando muito desses trabalhos caem na mão de mulheres e meninas" (ONU MULHERES, 2019, P.22, Tradução Nossa).

Além disso, há toda uma questão de se perpetuar toda essa pressão e submissão feminina a outras gerações de família. Em razão de que, toda essa estrutura familiar vem sendo disseminada ao longo de séculos e de geração em geração (ONU MULHERES, 2019). Contudo, há algum tempo a família vem se transformando e novas formas de família estão sendo criadas. A família saiu um pouco da esfera econômica e de trabalho doméstico, pois mais mulheres passaram a sair de casa e optar por não se casarem, também aumentou o número de divórcios e houve a formação de diferentes tipos de famílias como uniões homoafetivas e constituídas por um número menor de pessoas (CASTELLS, 2002).

A resignificação da família atualmente é muito importante, pois demonstra que a definição de família padrão constituída por homens, mulheres e filhos está entrando em declínio. Todavia, formas de desigualdade de gênero estão se reinventando até mesmo dentro dessas novas formas de famílias, com novos modos de opressão que, inicialmente, podem parecer sutis, mas ainda prolongam um sistema de desigualdade. Como em famílias homoafetivas ou em famílias em que a mulher tem maior empoderamento no trabalho e sai do aspecto do trabalho doméstico. Em muitos desses casos há formas de opressão que mulheres impõem às outras mulheres e as dificuldades do mercado de trabalho que algumas mulheres sem tantos privilégios enfrentam em relação às outras (bell hooks, 2019).

Mesmo um padrão de família ideal sendo quebrado, ainda se mantém um sistema de opressão e de submissão feminina. Isso ocorre, porque a grande raiz do problema de desigualdade não é a forma como as famílias estão se organizando mas um sistema que está a todo momento se reinventando, mesmo com todos os avanços possíveis, o patriarcado.

## 2.4 Desigualdade no centro do sistema: o patriarcado

Quando se trata do patriarcado, há diversos autores que formulam formas de definir e mensurar na sociedade. Contudo, muitos desses conceitos podem ser restritos a tal época em que foi escrito. Muitas dessas visões estão em constante mudança o tempo todo. Portanto, é preciso entender que a visão do sistema patriarcal e a forma como o sistema se desenvolve muda ao longo dos anos. E durante todo esse tempo o sistema esteve e está presente em alavancar formas de desigualdade de gênero (WALBY, 1989).

Dessa maneira, irei trazer algumas visões importantes sobre o patriarcado e que moldaram a história do sistema. Max Weber (1999) vai definir uma perspectiva do patriarcado baseado na visão de dominação patriarcal, em que o autor denomina de dominação tradicional, e tendo por base a terra que era o principal meio de trabalho na época. O senhor, proprietário das terras, se utilizava de uma forma de dominação pré-existente em que era impossível criar formas de lei e de direitos, pois agia conforme suas regras.

Esse tipo de dominação tradicional em que todos os servidores se submetem a lei já criada e exposta pelo senhor das terras é denominado por Weber (1999) como patrimonialismo:

O patrimonialismo patriarcal é a dominação das massas por um indivíduo. Em regra, este precisa de funcionários como órgãos da dominação[...]O patrimonialismo patriarcal depende em alto grau da boa vontade dos súditos[...] serve das massas que por toda parte são seus partidários indicados (WEBER, 1999, p. 321).

Portanto, a definição de patrimonialismo criada por Weber (1999) vem de um período em que a principal atividade de produção era a terra e com a presença de trabalhadores e senhores. Na sociedade capitalista atual, o conceito de Weber não faz tanto sentido assim, pois foi um conceito instituído em um período anterior à noção de Estado. No século XXI, já existem formas de dominação e patriarcais legais que se utilizam do direito legal para pôr em prática formas de opressão, por meio de questões econômicas e de outros sistemas, como o capitalismo (MORGATE, NADER, 2015).

Já Manuel Castells (2002) vai definir o patriarcado como a estrutura básica de toda as sociedades contemporâneas e em um âmbito mais familiar. Em que esse sistema para atuar verdadeiramente tem que adentrar em todas as esferas sociais possíveis. O autor ainda define algumas características de dominação masculina. “Caracteriza-se pela autoridade imposta

institucionalmente do homem sobre a mulher e filhos no âmbito familiar” (CASTELLS, 2002, P.174).

Manuel Castells (2002) discute que a partir da década de 90 vai ocorrer uma crise da família patriarcal e que essa crise do patriarcado ocorre em detrimento disso. Posto que, uma das principais razões que levaram o surgimento do patriarcado é a forma como a família se organiza e o modo que a mulher é vista no lar.

Nesse sentido, Lia Zanotta Machado (2000) defende que dentro do patriarcado há dois sistemas que explicam e legitimam melhor a dominação masculina. A naturalização da diferença sexual e a hierarquia da descendência. A naturalização da diferença sexual são as diferenças biológicas entre homens e mulheres, o fato do gênero ser visto como algo biológico e não social, a opressão das mulheres pode ser explicada pelas diferenças físicas e biológicas dos homens e mulheres. Características como força, emoção são associadas a um ou ao outro. Em relação a questão de herança entre os homens, Machado(2000) declara que os privilégios em torno da família são propagados de geração em geração e caracterizam os homens como continuadores dessa herança e que, de certo modo, não há espaço para as mulheres ocuparem posições de igualdade com os homens devido a esses privilégios.

Zanotta (2000) reafirma a necessidade de "desnaturalização" do gênero e do patriarcado. Uma vez que, é preciso demonstrar o patriarcado como um sistema que está entre todas as pessoas e que oprime de forma direta e indireta homens e mulheres. Discutir sobre gênero não minimiza o conceito de patriarcado. Dessa maneira, quando se discute sobre gênero, muitas mulheres e movimentos feministas acabam "naturalizando" de forma mais leve as relações patriarcais que existem na sociedade e isso pode amenizar as verdadeiras consequências que essa relação provoca na sociedade.

Allan G. Johnson (2014) associa essa questão também de se amenizar as opressões do patriarcado “como qualquer sistema social não pode ser reduzido a sentimentos, intenções e motivações pessoais” (JOHNSON, 2014, p. 345, Tradução Nossa). O autor define o patriarcado como um sistema em que todos os seres humanos fazem parte e que tem níveis de opressão diferenciados e baseados em formas de masculinidades: "É como uma árvore enraizada nos princípios fundamentais do controle masculino, dominação masculina, identificação masculina e centralização masculina"(JONHSON, 2014, p. 17, Tradução Nossa).

Dessa maneira, Johnson (2014) associa características como poder, dominação e medo essenciais para o sistema do patriarcado continuar em prosseguimento. Uma vez que, o sistema se baseia em padrões de dominação que as pessoas devem seguir sejam eles de masculinidade ou da função pré-definida na sociedade e por um viés biológico do ser mulher e do ser homem.

E uma vez que você não segue esse padrão, instigado pelo poder, pode vir a sensação de medo e de tentar se adequar ao sistema:

Por natureza própria, o patriarcado insere problemas de poder, dominação e controle no centro da existência humana, não apenas entre relações entre homens e mulheres, mas entre homens como um todo e na luta para ganhar status, manter controle e proteger eles próprios do que outros homens podem fazer com eles mesmos (JOHNSON, p. 40, 2000, tradução nossa).

Nesse sentido, Castells (1989) e Johnson (2000) discutem como o patriarcado está relacionado com um comportamento heteronormativo. No sentido de que, o sistema não é apenas uma relação de dominação dos homens sobre as mulheres, mas também uma relação direta entre homens. Posto que, se você tem um comportamento que de certa maneira sai do espectro da dominação e do poderio masculino, você está rompendo com preceitos patriarcais. Portanto, o patriarcado é um sistema definido não só por características físicas dos homens mas por ter toda uma relação de dominação ligada aos homens. E, conseqüentemente, muitos homens vão passar a sofrer alguns efeitos do patriarcado caso não manifestem essa forma de comportamento.

À vista disso, todas as pessoas são afetadas pelo sistema patriarcal, algumas mais ou outras menos. Algumas pessoas não sentem tanto o efeito do patriarcado e outras podem sentir mais. Há dois motivos que podem ser a causa disso. Muitas pessoas preferem ignorar que existe um sistema de opressão sobre a sociedade ou o que Johnson (2000) explica como uma sistemas de privilégios:

Primeiro, é que muitas mulheres têm acesso a privilégios baseados em raça, classe, deficiências ou orientação sexual e é muito difícil para muitas verem mulheres como oprimidas sem insultar grupos verdadeiramente oprimidos como as classes mais baixas ou minorias sociais (JOHNSON, p. 22, 2014, tradução nossa).

Desse modo, é importante destacar que há outros sistemas ao redor do patriarcado atuando de forma conjunta mas independente, como mencionado acima. E esses sistemas, muitas vezes, podem estar mais visíveis na sociedade, como racismo ou diferença econômicas, e acabar por suprimir alguns sistemas que podem não estar tão visíveis, como o patriarcado.

E dentro dessa questão de interseccionalidade, Bell hooks (2019) discute o quanto que até mesmo dentro dos movimentos feministas existe o argumento de vivência e privilégios que certas mulheres possuem em detrimento de outras que fazem com que passem a ver de forma diferente o movimento de mulheres e até mesmo o patriarcado. Dentro desse quesito de interseccionalidade, existem outros pontos como questões de classe e orientação sexual afetiva.

Mulheres negras, pobres e lésbicas sofrem um tipo de opressão patriarcal em níveis diferentes em relação a mulheres brancas, ricas e heterossexuais.

Contudo, isso não significa que esse privilégio apague os efeitos do patriarcado, pois, como Johnson (2014) exemplifica, todas as pessoas, homens e mulheres estão expostos ao sistema patriarcal. Enquanto alguns se adequam mais às normativas, outros não se adequam tanto devido a questões de estigmas sociais, raça, classe, dentre outros.

Além disso, para pessoas que já estão dentro de um sistema de privilégios é mais difícil para elas entenderem e observarem o efeito do sistema. Pois, uma vez dentro de um sistema capitalista, de pessoas brancas e privilegiadas economicamente já há uma maior normalização de formas de opressão, como o patriarcado, em relação às pessoas que não tem tantos privilégios. Isso significa que uma vez dentro de sistemas de privilégios sociais é mais difícil enxergar como ocorre o exercício da desigualdade de gênero. Isso porque ele se dá de forma mais leve juntamente com o privilégio (JOHNSON,2014).

Sobre essa questão de privilégios e de outros sistemas que estão interligados com o patriarcado de forma interseccional, Sylvia Walby (1989) define que há uma dualidade nos sistemas do capitalismo e patriarcado e cita ainda um terceiro sistema, o racismo, que apesar de não ter origem tão similar ainda possui ligação direta com o patriarcado.

Walby (1989) define o patriarcado "como um sistema de estruturas sociais e práticas nas quais o homem domina, explora e oprime as mulheres"(WALBY, 1989, p.14). Se há uma variedade de autores que enxergam o patriarcado como algo que possui apenas uma variável ou característica, Walby (1989) identifica de forma ampla, e não limitada, 6 estruturas<sup>15</sup>. Nessas seis estruturas pode ser explorado: O patriarcado modo de produção; as relações de patriarcado em trabalho pago; relações de patriarcado no estado; violência masculina; relações patriarcais na sexualidade; e instituições culturais patriarcais. Essas estruturas constituem a base de todo o sistema patriarcal e as formas que podem existir de opressão contra as mulheres em diversos âmbitos da vida. O presente trabalho utiliza o conceito de estruturas como o definido pela autora, o conjunto de 6 estruturas fundamentais para entender a opressão das mulheres.

Nesse contexto, a autora (1989) identifica, além de uma ligação direta entre a questão econômica e o patriarcado, duas formas principais do modo que o sistema se desenvolve. No

---

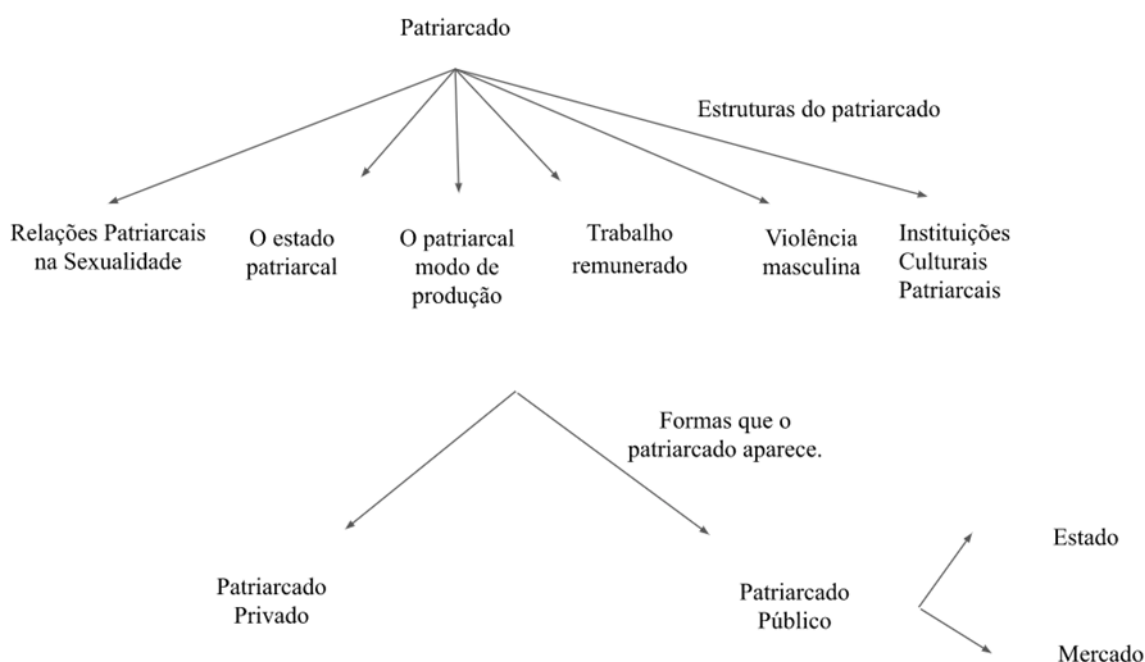
<sup>15</sup> Trecho retirado do livro da autora: "Eu estou usando a definição de estruturas sociais que tem similaridades com a de Giddens no sentido de recursos institucionalizados da sociedade nas quais esticam no tempo e no espaço, que envolve o dual aspecto da ação humana reflexiva e da continuidade além e acima da individualidade a qualquer momento. As principais diferenças entre meu conceito e o de Giddens, é que eu não enfatizo o papel da linguagem na mesma extensão e que eu considero estrutura ser menos individualizada levando em conta a visão de Giddens como traços de memória" (WALBY,1989, p. 221).

meio privado e público, como mencionado anteriormente. No meio privado, há dois meios de classificação uma delas que é mais individual, em que cada mulher pode vivenciar de uma forma diferente. E a segunda forma é que há uma maior exclusão da arena mais social dessas mulheres, enfatizando um âmbito mais privado na vida de cada uma. Já no meio público, há uma subordinação e segregação da mulher ao contrário de uma exclusão como na esfera privada. E é caracterizado por um coletivo de mulheres, como na questão de empregos em que muitas mulheres são segregadas em cargos mais desvalorizados em relação aos homens. E separadas por outras questões como classe social, raça, dentre outras (WALBY, 1989).

É significativo evidenciar que tanto a esfera pública como a privada estão muito interconectadas entre si. E ambas têm uma função de ter um ponto de vista dentro da forma que as mulheres são oprimidas na sociedade. Em razão de que, em todas as seis estruturas identificadas acima, há um viés tanto do patriarcado público como do privado. Dessa maneira, é muito mais uma forma de interpretação do que uma teoria que expõe algo absoluto (WALBY, 1989). Até mesmo na teoria de definição de privado e público, não há um consenso exato do que é cada esfera dessa ou da quantidade de coisas que engloba<sup>16</sup> (OKIN, 2008).

---

<sup>16</sup> O presente trabalho pretende adotar privado como formas de relações no âmbito de casa e doméstico. Perpassando por aspectos da família, casamento. Já o aspecto público pretende adotar o conceito de Walby (1989) em que perpassa por medidas do estado e do próprio mercado.

**Figura 1** – Estruturas e formas patriarcais

**Fonte:** Sylvia Walby (1989). Elaborada pelo autor.

Diante disso, há duas formas de subordinação na esfera pública, por meio do Estado e do mercado. No mercado em relação ao setor privado e ao setor mais corporativo. Já em relação ao Estado, pode adentrar mais algumas questões de políticas públicas e procedimentos desenvolvidos pelo próprio Estado para aumentar essa desigualdade de gênero (WALBY, 1989).

Tendo por base principalmente o patriarcado público, como já discutido acima, é possível perceber que dentro da esfera econômica há diversas formas de submissão as mulheres e grande parte dessas questões são tratadas por motivos estruturais. Motivos estruturais esses que significam que mesmo com todas as mudanças ainda existe uma perpetuação de questões mais enraizadas que atenuam ainda mais a desigualdade de gênero. “O que mudou o mundo não era apenas mera industrialização ou até mesmo Industrialização capitalista mas Industrialização capitalista Patriarcal” (JOHNSON, 2000, p. 64, tradução nossa).

Uma dessas questões tratadas por Sylvia Walby (1989) é sobre o poder que o Estado e o mercado têm sobre essa opressão. Quando se discute o poder do Estado sobre o patriarcado há diversas variáveis que o próprio Estado é responsável, como separações de casamento, direitos reprodutivos, dentre outras formas de direitos ligados às mulheres.

Como visto anteriormente, a base da igualdade de gênero tem que ser focada como um Direito Humano. E esse direito é de responsabilidade, em grande parte, do Estado em prover formas de que ele seja realizado. Desde a CEDAW que se discute amplamente na ONU formas de os Estados cumprirem com as principais resoluções de Direitos Humanos, principalmente, em questões de violência contra a mulher e direitos reprodutivos. Portanto, há uma grande questão em se garantir na legalidade os direitos que na teoria estão sendo repassados ao Estado e a outras agendas (ONU Mulheres, 2015).

Já a ação do mercado, pode se desenvolver em fornecer benefícios às mulheres, mas inserir formas de opressão e interferir em outras agendas de gênero. Dessa maneira, grande parte das dificuldades enfrentadas pelas mulheres pode ser desenvolvida por meio de problemas internos e estruturais.

Dessa forma, tendo como base a divisão do trabalho, que levou a duas formas de opressão às mulheres, uma pelos trabalhos domésticos e outra pela desigualdade nos trabalhos e salários em relação aos homens. E a formação da família que demonstra que esse sistema está se reinventando mesmo com todos os avanços na constituição de novas formas de família. Portanto, há dois pontos em comum nessas duas esferas, o primeiro é que o patriarcado existe até mesmo nos dias atuais e vem se remodelando, e o segundo é que as instituições políticas estão se adaptando ao sistema mesmo que de forma não muito clara, pois constituem uma extensão do sistema patriarcal.

O patriarcado é um sistema que permeia muitas questões desde econômicas até sociais. E até parece estar em decadência, mas vem se reformulando e está presente em grande parte das relações, sejam pessoais ou públicas como trabalho, Estado, organizações. É um sistema que tem raízes históricas como o privilégio, a dominação masculina e que se mantém presente até os dias atuais. Quando se discute gênero, é fundamental discutir as relações de patriarcado. Tendo em vista que, só se pode alcançar uma igualdade entre mulheres a longo prazo a partir do momento em que essas relações de dominação, heteronormatividade, sexuais, de trabalho, da família, sejam minimamente transformadas ou as instituições e os meios que propagam o sistema patriarcal sejam modificadas.

### **3 A AGENDA 2030 E O PATRIARCADO: PRINCIPAIS OMISSÕES DOS ODS QUE REFORÇAM O SISTEMA PATRIARCAL**

Nesse sentido, há diversas variáveis tratadas que podem ser analisadas diante da agenda 2030, suas metas e objetivos relacionados à mulheres (quadro 1). Neste enquadramento, o patriarcado é um sistema que perpassa por diversas esferas desde questões mais econômicas, como trabalho, sexualidade, questões culturais e por diversos atores também. Walby (1989) classifica como o patriarcado público atua, por meio da esfera do Estado e do próprio mercado. Contudo, além desses dois atores existem outros espaços como organizações em que o patriarcado se faz presente, seja por intermédio desses dois atores, mercado e Estado, ou por políticas próprias internas.

Tendo por base os ODS, por terem uma política ampla de gênero em suas metas e por todo o seu processo de elaboração e implementação, pretendo discutir de dois modos como o sistema patriarcal pode se manter presente ou representado neste compromisso. Primeiramente, por meio dos atores que participam das políticas estratégicas internas da agenda 2030 e das pessoas representadas na agenda. Tomando por base a ideia de que os atores também podem instituir tipos de políticas na agenda que reforcem o patriarcado. E, por fim, o texto escrito dos objetivos e metas, que a priori pode parecer algo esplêndido, mas ainda existem algumas falhas na forma que as metas foram escritas ou a falta de alguns reforços e informações que são importantes para a igualdade de gênero.

Nesse sentido, há dois pontos de vistas que é importante ser levantado. O primeiro é que “Sistemas Sociais sempre parecem estar estáveis por que eles limitam nossa vida e imaginação e não podemos ver além deles” (JOHNSON, 2014, p. 467, tradução nossa). Ou seja, por estar inserido em um sistema social é difícil enxergar o que realmente representa políticas patriarcais por meio de nossas ações, o que foi realmente transformado por essas políticas e o que ainda se mantém de desigualdade causado por um período muito longo na história de opressão.

Por isso, que muitas vezes políticas como os ODS parecem que estão sendo muito efetivas e são vistas como um verdadeiro ponto de mudança em todos os setores que a agenda toca e impulsionando uma igualdade de gênero em si. Mesmo os resultados acontecendo de forma lenta e ainda estando presente um sistema de desigualdade entre as mulheres. Já o segundo ponto, em que pretendo discutir mais neste capítulo, é que grande parte das medidas em relação a questões de gênero atualmente são políticas estratégicas e que utilizam o teor de mudança de gênero, mas que na realidade não transformam estruturas patriarcais presentes na

sociedade e alimentam um sistema neoliberal baseado em (1) concorrências desiguais e na (2) prioridade mercantil sobre a sociedade (GOUTHRO, 2009).

### 3.1 *Gender Mainstreaming: oportunidades x resultados*

Nesse sentido, sobre essa temática é importante pautar o papel de outros atores como o setor privado, o Estado e outras agendas de gênero como os ODS estão agindo na igualdade de gênero. Toda essa pluralidade de atores internacionais surgiu com a transversalidade de gênero. Uma definição apresentada de forma direta na Conferência de Pequim, *O gender mainstreaming*<sup>17</sup>, como “uma forma de pôr pressão nas organizações internacionais para darem mais atenção aos problemas de gênero” (PHILLIPS apud HAFNER-BURTON; POLLACK, 2002, p. 654, 2005, tradução nossa).

Jacqui True e Michael Mintrom (2001) definem *Gender Mainstreaming* como: “esforços para **investigar e reinventar** processos de formulações políticas e implementações em todas as áreas problemáticas, para abordar e reparar disparidades persistentes e emergentes entre homens e mulheres’ (TRUE, MINTROM, 2001, p. 28, tradução nossa). Já Mieke Verloo (1999) define *Gender Mainstreaming* como “trata-se de **organizar o uso da experiência de gênero** na formulação de políticas, **organizar o uso de análises** de impacto de gênero neste processo, **organizar a consulta e a participação de grupos e organizações relevantes no processo**” (VERLOO, 1999, p. 2).

Segundo o Conselho Europeu, *Gender Mainstreaming* é a “**re(organização), melhoria, desenvolvimento e avaliação** de processos políticos, que uma perspectiva de igualdade de gênero é **incorporada** em todas as políticas e todos os níveis e estágios, pelos atores normalmente envolvidos em elaboração de políticas” (COUNCIL OF EUROPE, 1998, tradução nossa). Portanto, o *gender mainstreaming* vai abordar diversas formas de ampliar a agenda de gênero, seja por uma conexão dessa temática com (1) atores, instituições e formulações de políticas ou por outras (2) áreas interconectadas a questão de gênero, como emprego, saúde, educação. Essa transversalização reflete na forma que essa disseminação sobre a questão da igualdade de gênero é aceita por outras organizações e políticas locais de cada estado e OSC.

A agenda 2030 é um desses atores, assim como a ONU Mulheres, que podem impulsionar a agenda de gênero. Grande parte das agendas de desenvolvimento, após 1995, passaram a usar a estratégia de *Gender Mainstreaming*, principalmente devido a pressões de

---

<sup>17</sup> Optou-se aqui por manter o termo em inglês de "Transversalização de Gênero".

OSC e *advocacy* de outras organizações. Seguindo essa estrutura, Rathgeber (2005) ressalta que “*Gender Mainstreaming* é apenas uma outra competência estratégica sendo implementada por doadores e enquanto algumas pessoas estão focadas em integrar gênero em seu trabalho outros estão focados em diferentes tópicos” (RATHBERGER, 2005, p. 588, Tradução Nossa). Portanto, tendo em vista esse ponto, a transversalidade de temas de diversas áreas pode tirar o enfoque da agenda e da própria questão das mulheres em si para outras áreas que são interconectadas.

Nesse sentido, Mary Daly (2005) evidencia que *Gender Mainstreaming* é, em grande medida, utilizado como uma forma de estratégia mais política para se obter alguns resultados positivos em detrimento das questões de gênero. Utilizando a igualdade de gênero como uma política social a ser seguida em todas as esferas, áreas e atores. Mas com um pretexto para prolongar políticas de opressão, como a questão da entrada de mulheres no mercado de trabalho e no meio público.

Dessa maneira, a transversalização de gênero pode levar a tirar o enfoque de questões relevantes como o empoderamento feminino e a igualdade de gênero em si. E trazer uma maior relevância para os próprios doadores e atores que estão formulando práticas de gênero que podem ser retribuídas para outros locais. Isso pode ser explicado por algumas vivências negativas que houve em alguns locais (HOLVOET; INBERG, 2014).

Um exemplo negativo da experiência da implementação da transversalização de gênero ocorreu em alguns países da África devido algumas experiências desfavoráveis entre as organizações locais. Foram levantadas algumas questões nessa experiência negativa no continente. Dentre elas, a incompatibilidade da transversalidade de gênero a realidade vivida por algumas organizações. Em virtude de que, muitas organizações compartilham vivências diferentes e tratam dessa temática de forma diferente. *Gender Mainstreaming* foi criado por um público mais focado em políticas de países desenvolvidos e precisa ser reformulado a partir de vivências locais e de organizações locais (MANNELL, 2012).

Além disso, pelo fato de que dentro da teoria de *Gender Mainstreaming* há toda uma discussão sobre quem são os doadores e como esse dinheiro é repassado para outros países. Consequentemente, se criou toda uma visão, por esses doadores, sobre o que é gênero em si e como deve ser trabalhado, ou seja, como uma fórmula pronta de países mais desenvolvidos e ocidentais que acaba implicando em certa incompatibilidade de ser replicado de maneira global (MANNELL, 2012).

Dessa maneira, grande parte dessas formulações prontas sobre gênero e como as políticas devem funcionar influenciaram os ODS também. Assim como exposto acima, a

questão de gênero é vista como uma receita das metas a serem repassadas a alguns países que vivenciam realidades diferentes. Além de que, é baseada em uma realidade mais ocidental também.

Gênero é algo que deve ser discutido de forma baseada na experiência local, principalmente entre países do Ocidente e do Oriente. E se atualmente grande parte dessa agenda, incluindo os ODS, são constituídos por uma noção de gênero do ocidente, existe uma clara exclusão a essa questão construída pelo Oriente. No Oriente a questão da família é vista de forma diferente do Ocidente. Dessa maneira, a própria forma como gênero é construído é excludente pelo próprio ocidentalismo (OYĖWÙMÍ, 2004). Nesse sentido, levando em consideração que os ODS são uma política de transversalização em que há uma agenda de gênero de forma transversal com interrelação com outras áreas (Como demonstrado pela quadro 1). Aumentando ainda mais a oportunidade de mulheres na inclusão de sistemas como de saúde, educação dentre outros (FRANCO et.al, 2018).

Ao mesmo tempo, existe na agenda o debate citado por Ravazi (2016) e Esquivel (2015) sobre a discussão entre oportunidades e resultados na agenda. Uma vez que, a máxima "não deixar ninguém para trás" dos ODS se baseia em propor políticas que englobe todas as pessoas e, principalmente, aquelas mais vulneráveis, mulheres, negras, periféricas por meio do aumento de oportunidades a essas pessoas.

Para isso a agenda se foca em propor um sistema de oportunidades, seja por meio da área da educação (4.5), saúde (3.7), entrada das mulheres na política (5.5), (5.b) para se obter resultados na questão de disparidade de gênero. Contudo, se por um lado o foco na transversalização da agenda e implementação dessas metas nos países, relacionando gênero com educação, emprego e outras áreas estão sendo aumentadas pelos estados por meio de políticas Públicas, programas e pressão das OSC feministas. Por outro lado, a realidade da grande maioria das mulheres não mudou. "Educação, participação política, e acesso a empregos são importantes para o empoderamento das mulheres, mas eles não são condições suficientes para superar poderosos impedimentos estruturais que as mulheres enfrentam em todos os países" (DENNEY, 2015, p. 15, tradução nossa).

Como demonstra a matéria do The Economist<sup>18</sup>, sobre o alcance das metas e objetivos sobre gênero em países mais desenvolvidos e menos desenvolvidos, grande parte dos países não conseguem alcançar a marca de excelência e se encontram em uma margem negativa em questões das metas de gênero do ODS 5, com ressalva da Dinamarca que atinge dados próximos

---

<sup>18</sup> Dados tirados do The Economist. Disponível em: <https://www.economist.com/graphic-detail/2019/06/05/the-world-is-a-long-way-from-meeting-its-gender-equality-target> Acesso em: 12/06/2020

disso. E quando analisado de forma mais clara, grande parte dos países que não alcançam um bom nível de igualdade de gênero são menos desenvolvidos (THE ECONOMIST, 2019).

Portanto, a agenda precisa se basear mais em resultados em detrimento de oportunidades (RAVAZI, 2015). Em razão de que essas oportunidades ofertadas as mulheres estão sendo aproveitadas, mas não há uma mudança na questão da desigualdade de gênero em si, e consequentemente, de estruturas que são motores para a continuidade de sistemas como o patriarcado. As oportunidades propostas às mulheres, dentro da agenda, levam a crer que é um sistema independente e que ao se obter as ferramentas necessárias a igualdade de gênero vai se concretizar:

Acreditava-se que quando as mulheres tivessem as mesmas ferramentas e oportunidades oferecidas a vários homens (acesso à educação tecnologia, crédito etc.) elas estariam aptas para assumir seu verdadeiro lugar no processo de desenvolvimento (RATHGEBER, 2005, p. 21, tradução nossa).

Por conseguinte, é notável que todas essas oportunidades não estão criando resultados palpáveis, em razão de que ainda existem grandes problemas de desigualdade. Pois, foi criado todo o discurso de igualdade de gênero como um objetivo definido e baseado em fatores estruturais e no formato de igualdade de gênero criado pelo *gender mainstreaming*:

A conclusão geral pode ser que, mesmo que algumas vozes são silenciosas, **gender mainstreaming como estratégia é aceito e colocado em prática em diversos países. Contudo, essa positiva atitude é claramente uma benção e vem acompanhada de diversos problemas, notadamente para enfeites de fachadas, para confundir o conceito e diminuir a atenção e o orçamento de políticas de igualdade visadas ou específicas. Igualdade continua a ser referenciada como uma “aspiração geral do que um objetivo definido”. Igualdade de gênero, infelizmente, não é uma palavra mágica que se torna realidade quando pronunciado** (VERLOO, 1999, p. 5, tradução nossa, grifo nosso).

Desse modo, acredito que o conceito de *gender mainstreaming* pode trazer grandes mudanças. Contudo, não traz em sua tese formas de modificação que levam a resultados concretos, pois vai se distanciando do próprio conceito de gênero e criando formas teóricas de se trabalhar essa questão (Como um conceito de fachada citado na transcrição acima). E para alcançar níveis ideais e certos tipos de privilégios masculinos, é preciso ir além do que ter uma base em formas de ampliação da agenda de gênero e de oportunidades. A desigualdade enfrentada pelas mulheres na sociedade, no trabalho e em diversos outros âmbitos é algo que vem de séculos atrás, e já está sendo disseminado entre os países há algum tempo, a verdadeira lacuna do *gender mainstreaming* é como colocar em prática toda essa ampliação.

Nesse prosseguimento, indo além de um debate de oportunidades versus resultados, existe uma grande problemática na forma que são gerenciados esses resultados do *Gender Mainstreaming*. Posto que, há uma mal interpretação em relação a "gestão para resultados" e "gestão dos resultados", se o primeiro propõe um foco maior em formas de oportunidades e inputs que possam trazer resultados. O segundo já se baseia em algo muito mais estratégico e em resultados a curto prazo e acabam não levando em conta preceitos patriarcais como a igualdade de gênero em seu mais longo sentido. "Que muitas vezes envolvem mudanças a longo prazo e não são facilmente capturadas por metas e indicadores simples" (HOLVOET; INBERG; 2013, p. 324, Tradução Nossa).

E tudo isso reflete que o foco de grande parte da agenda de gênero nos ODS está nas mulheres em si e pouco se discute de mudanças nas instituições e no sistema patriarcal, que iriam a longo prazo. Quando destaco sistema patriarcal quero reforçar que são todas as ideias, organismos que levam a crer as ideias de gênero como papéis pré-definidos como algo fixo e que impõe tipos de privilégios aos homens. A importância das mulheres é essencial ser destacada, mas para uma mudança é preciso ir além do foco na individualidade feminina ao levar em consideração o conjunto social de mulheres e focar no sistema (JOHNSON, 2014).

Um dos conceitos que pretende preencher essa lacuna existente da desigualdade de gênero é o de igualdade substantiva. Em 2015, no ano em que a agenda 2030 foi lançada, a ONU mulheres lançou um documento, chamado de o progresso das Mulheres no Mundo 2015-2016, no primeiro capítulo do documento é apresentado conceito de igualdade substantiva da seguinte forma:

O conceito de igualdade substantiva nasceu do reconhecimento de que -por causa do legado de desigualdades históricas, desvantagens estruturais, diferenças biológicas e vieses na implementação prática de leis e políticas – a igualdade formal não é suficiente para garantir que as mulheres possam gozar dos mesmos direitos que os homens. Conquistar a igualdade substantiva, portanto, requer que se lide com a discriminação direta e indireta, que sejam adotadas medidas específicas para **reparar** as desvantagens das mulheres e, no longo prazo, **transformar as instituições e estruturas** que reforçam e reproduzem relações de poder desiguais entre mulheres e homens. (RELATÓRIO ONU MULHERES, 2015, p.39). A igualdade substantiva exige a **transformação** fundamental de instituições econômicas e sociais **em todos os níveis da sociedade – das famílias ao mercado de trabalho e das comunidades às instituições de governança local, nacional e global** Em vez de simplesmente adicionar o trabalho remunerado ou a redução da pobreza à já longa lista de afazeres das mulheres, é preciso redistribuir de forma mais igualitária as responsabilidades de geração de renda, trabalhos de cuidado e doméstico. Estruturas de trabalho em que predominam os homens devem ser transformadas de maneira que sejam favoráveis para mulheres e homens de igualmente e que beneficiem a sociedade como um todo (ver Capítulo 2); **os serviços sociais e de proteção não devem ter o objetivo de apenas equalizar o acesso, mas também precisam ser redesenhados com os direitos das mulheres no centro** (ver Capítulo 3); e as políticas macroeconômicas existentes devem ser **significativamente**

**reorientadas para apoiar, em vez de restringir, a realização de direitos** (ONU MULHERES, p. 62, grifo nosso).

Portanto, a Igualdade substantiva propõe algo além da igualdade formal. Esse conceito vai muito de encontro a suprir barreiras históricas e patriarcais de forma a fornecer algumas formas de privilégios e mudanças nas instituições e sistemas para que essa igualdade possa ser alcançada. A Igualdade Substantiva traz novas formas de se estruturar questões de gênero. De modo a diminuir as lacunas da desigualdade de forma direta e indireta, principalmente relacionando com questões estruturais<sup>19</sup>. Diante disso, a igualdade substantiva reflete em uma mudança mais da estrutura das questões das mulheres e, conseqüentemente, do patriarcado em si (ONU MULHERES, 2015).

Além disso, a igualdade substantiva foca em um ponto central de que já existe uma longa lista de compromissos com as mulheres pela questão da educação, pobreza, mas não existem políticas mais claras de como redistribuir melhor algumas questões como o trabalho doméstico e como quebrar alguns padrões de preconceito que muitas vezes passam como imperceptíveis a sociedade (ONU MULHERES, 2015). Indo de encontro com grande parte da temática de oportunidades dentro dos ODS, em que há toda uma discussão de como abordar essas questões mas não existe clareza em como se aplicar essas políticas.

Uma vez que, o sistema patriarcal está enraizado nessas questões históricas e para se ter uma mudança a longo prazo na questão de igualdade de gênero é preciso medidas que possam suprir esse sistema na sociedade. Ou caso contrário, o patriarcado pode se reinventar de diversas formas e ser maquiado com medidas que, a curto prazo, podem ter efeitos, mas a longo prazo o sistema se reinventa de alguma forma. Assim como aconteceu com a questão dos empregos em que se antes as mulheres não tinham acesso a mercado de trabalhos hoje elas possuem. Contudo, o patriarcado, juntamente com o capitalismo, criou brechas para impor formas de opressão contra as mulheres (JONHSON, 2014).

E se toda essa questão das instituições e do sistema patriarcal for ignorado, as mudanças efetivas que trazem resultados não irão surgir. "Se nós ignoramos isso, então nós estamos perpetuando o status quo focando somente no lado individual"(JONHSON, 2014, P.42, Tradução Nossa). Dessa forma, essa perpetuação do status quo de desigualdade de gênero está sendo mantido por uma ênfase em uma maior individualidade e um esquecimento de que o sistema patriarcal não está presente nas pessoas em si.

---

<sup>19</sup> Esse trabalho enxerga como estruturas o conceito exposto por Walby (1989) das 6 estruturas patriarcais: A produção doméstica, o trabalho remunerado, o estado, a violência, a sexualidade e as instituições culturais.

Dessa maneira, há dois pontos negativos da transversalização de gênero utilizada na agenda. Por ser uma política imposta de maneira global pode criar uma visão de gênero de forma a confundir o conceito e criar mais brechas para focar no sistema patriarcal. E outro seria que mesmo criando certas oportunidades *Gender Mainstreaming* não leva em conta que dentro desses ganhos oferecidos às mulheres existe um sistema de exclusão. Além disso, não há um gerenciamento correto e avaliativo de como esses resultados estão acontecendo. É necessário que, essa igualdade possa ser comprovada e monitorada por meio de resoluções concretas para superar formas de opressão que tem origem há muito tempo por meio de políticas patriarcais.

E toda essa problemática perpassa principalmente pela questão de poder e hierarquia de temáticas na agenda, tirando o foco da questão de gênero em si (HOLVOET; INBERG, 2013). O poder está no centro de uma das formas de dominação não só masculina, mas do mercado e do próprio Estado na agenda 2030 (JONHSON, 2000). O modo como os ODS foram elaborados e escritos foi importante para entender quem está nos bastidores da agenda. Se por um lado no primeiro capítulo apontei a atuação do WMG, de forma positiva e como promissor de grandes mudanças ao ampliar e trazer à tona algumas questões importantes sobre gênero. Nesse segmento, pretendo explorar abaixo de que maneira outros atores influenciaram nessa problemática da agenda.

### **3.2 Atuação do setor corporativo na elaboração da agenda: o poder desses atores e a omissão de dados como causa de enfraquecimento de grupos feministas e da agenda de gênero**

Como visto anteriormente, os ODS focam mais em fornecer oportunidades. E grande parte dos resultados da agenda não estão indo em direção a uma mudança dessa desigualdade. Nesse sentido, Esquivel (2016) associa alguns pontos sobre essa questão de não se pontuar fatores estruturais e que são raízes de todo o sistema de desigualdade. Dentro da agenda há a formulação de atores poderosos que moldaram a forma que foi realizada:

Atores poderosos que moldam o curso do desenvolvimento mundial - incluindo grandes países, instituições intergovernamentais (especialmente aquelas que lidam com comércio e finanças), corporações transnacionais e até mesmo algumas fundações enormes e organizações não governamentais internacionais com orçamentos de bilhões de dólares - não poderiam ter falhado moldar a Agenda 2030, **contribuindo para enfatizar alguns aspectos e marginalizar outros** (ESQUIVEL, 2016, p. 12, tradução nossa).

O financiamento da Agenda 2030 foi realizado em boa parte por atores do setor corporativo e mesmo não fazendo parte da composição da agenda pós 2015, possuem certo poder sobre órgãos internos da ONU e outros atores:

O setor corporativo, em particular, tem estado em uma posição mais privilegiada de influenciar a agenda não apenas por meio de seu próprio maior grupo principal (Negócios e Indústria) mas também por Órgãos e Canais Importantes, como o Painel de alto Nível do Secretário Geral de pessoas eminentes na agenda pós 2015 e o compacto Global, além de ter voz nos processos intergovernamentais (RAVAZI apud PINGEOT, 2016, 2014, Tradução Nossa).

Dessa forma, esse setor corporativo tem uma grande influência dentro de toda a organização. Cabe destacar também que essa característica de participação e ativismo do setor corporativo dentro da agenda pós 2015 é apoiada por governos e pelos próprios comitês internos da ONU sobre desenvolvimento sustentável. E toda essa ação de empresas e outras instituições filantrópicas ligadas ao corporativismo podem desviar o conteúdo e as ações da agenda **para outras pautas ligada mais para economia e se distanciando de linhas que se aproximam mais de atender as demandas de grupos sociais e se aprofundam na raiz de problemas como a questão da igualdade de gênero** (PINGEOT, 2016).

Nicole Ponte e Corina Rodríguez (2016) associam também o impacto das Corporações Transnacionais no processo de preparação dos ODS. "A mobilidade internacional das CTNs levou a uma **fragmentação do processo de produção pelo mundo**, assim como uma corrida global de **inferioridade em termos de taxas, trabalho, direitos humanos e questões de meio ambiente**" (PONTE; ENRIQUEZ, 2016, p. 86, tradução nossa, grifo nosso).

Portanto, grandes problemas da abordagem da agenda sobre temas como gênero tem ligação com a forma que os atores financiadores mantém um certo poder interno dentro da própria ONU e na produção dos ODS. O poder financeiro desses doadores tendem a perpassar pelas definições de protagonismo dentro da agenda 2030 e ditar o foco em problemas econômicos que tem a capacidade de "maquiar" progressos, mas que na verdade ainda continuam latente algumas complicações sociais e estruturais nos países, principalmente do Sul Global (ESQUIVEL, 2016).

As autoras ressaltam que essa relação de poder dentro da agenda por esses organismos transnacionais pode levar a tirar direitos fundamentais de grupos minoritários:

A assimetria entre os mecanismos aplicados para proteger os direitos dos investidores, de um lado, e as diretrizes voluntárias para respeitar os direitos humanos, de outro, permite que as empresas transnacionais e outras empresas processem os governos, **mas também limita o acesso a soluções eficazes para violações dos direitos**

**humanos contra as mulheres, povos indígenas e outros grupos perpetrados por corporações transnacionais e outras empresas** (PONTE, ENRIQUEZ, 2016, p. 89, tradução nossa, grifo nosso).

Se por um lado a questão desses atores transnacionais podem contribuir para influenciar nas políticas dos Estados, por meio do *gender mainstreaming*. Por outro, essa relação de poder pode suprimir grupos que representam a sociedade civil, como o *Women Major Group*, em que muitas de suas pautas não eram consideradas do mesmo modo que demandas do setor corporativo, devido ao seu poder financeiro na formulação da agenda (DENNEY, 2015). E até mesmo atenuar ainda mais a lacuna na agenda sobre os Direitos Humanos das Mulheres. Posto que, quando citado "os direitos dos investidores" faz uma referência a todo o sistema patriarcal que esses doadores possuem internamente e que pode levar a uma violação de grupos minoritários. E por terem certo poder sobre a agenda, é algo que precisa ser respeitado ao mesmo tempo que é uma violação aos direitos humanos. Dessa forma, é preciso que tenha uma maior regularização dos Direitos Humanos do setor privado e de corporações transnacionais, uma vez que o comportamento desses atores dentro da agenda não é regulamentado de forma correta e por isso que dá origem a essa assimetria citada (PONTE; ENRIQUEZ, 2016).

Dessa maneira, Esquivel (2016) caracteriza a estratégia de empoderamento da agenda como "empoderamento sem poder", uma vez que mesmo com toda a promoção de participação de dar vozes a grupos sociais, como visto com o WMG, e questões relacionadas a gênero, não há uma mudança na relação que os temas são discutidos, pois ainda há grandes atores privilegiados ditando os conteúdos protagonistas e o caráter político dos ODS:

Embora empoderamento genuíno sempre envolva mudança de relações de poder desiguais. Doadores e Investidores tendem a favorecer um apocalíptico uso do termo em que relações de poder podem permanecer total ou praticamente inalteradas (ESQUIVEL, 2016, p.14, tradução nossa).

Portanto, parte-se de um pressuposto que essas instituições e países que utilizam de opressão são detentores de grandes fluxos de dinheiros e dessa maneira moldaram a agenda para que certas questões específicas não pudessem ser expostas ou explícitas. Assim como, discute Le Blanc (2016) que muitas das ligações entre as metas têm características muito mais políticas e estratégicas. E todo esse poder pode acabar moldando a forma que OSC e outros grupos agem na agenda.

Uma visão importante que legitima ainda mais a participação das OSC no processo de formação e implementação dos ODS, é que mesmo tendo certo ponto positivo no interesse corporativo em agenda internacional, como destaca Lou Pingeot (2016) como o crescimento e

difusão da agenda pelo mundo e até mesmo forma de apoiar o que muitas vezes internamente não vem sendo feito. Somente, a sociedade civil, populações indígenas, LGBTQI+, mulheres, negros/as que sofrem repressão da sociedade é que tem a voz de incômodo e de dialogar para medidas que, a longo prazo, podem se tornar efetivas.

Nessa questão da influência que esses atores tiveram sobre a agenda, Esquivel (2016) discute sobre o poder e sua relação direta com o financiamento dos ODS. Uma vez que, os atores que mais contribuíram financeiramente com a agenda 2030 foram os atores que mais influenciaram também no processo de rascunho da agenda. E o que dificulta ainda mais a ação de entender esses atores e o porquê de todas essas formulações é a falta de dados. Além do setor corporativo outro grande problema, é a questão da *accountability*, desses próprios atores, da agenda que não acontece de forma correta. A prestação de contas no momento que o rascunho dos ODS estava sendo construído era muito falha. Em razão de que, mesmo com diversos grupos internos na construção desse compromisso e diversos relatórios como do WMG, The Expert Group dentre outros não existem dados concretos sobre a verba destinada a agenda (ESQUIVEL, 2016)

De forma similar, O WMG em um documento que denuncia 8 bandeiras vermelhas sobre o documento final dos ODS determina que uma das principais preocupações são com os doadores e a falta de transparência dos dados. "As miríades das luzes verdes dadas ao financiamento do setor privado e as parcerias para o desenvolvimento sustentável, sem qualquer linguagem específica sobre avaliações, prestações de contas, transparências e governança geral é profundamente preocupante" (WMG, 2014, p.4, TRADUÇÃO NOSSA).

Nesse cenário, do mesmo modo que existe uma lacuna de dados sobre esses atores. Existe uma omissão na questão de dados sobre gênero também para mensurar formas de melhoria em cada país e formas de avanços. Na meta 5.c ("Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis"), houve a referência dessa meta no relatório do OWG a dados desagregados por gênero a fim de ajudar na questão dos governos de forma a ter dados expostos e evidentes de qual a melhor forma para se aplicar políticas para as mulheres. Em vista disso, fica evidente que a lacuna de dados na agenda influencia diretamente na melhor maneira de aplicar os indicadores dos ODS em cada país, para cada meta e na forma que os objetivos podem ser implementados (DENNEY, 2015)

Tendo em vista isso, a meta 5.c é mais uma forma de "dar aos governos a ferramenta metodológica necessária para se realizar boas políticas" (DENNEY, 2015, p. 15). Uma meta muito mais focada na estratégia de implementação em assuntos centrais como educação e até

mesmo na economia referente às mulheres, indo de encontro ao ODS 17 sobre "Parcerias e meio de implementação".

Por conseguinte, a questão de dados na agenda para se mensurar onde as políticas de implementação vão ter mais sucesso é algo fundamental para se construir melhorias e para tornar o processo vigente dos ODS, até 2030, mais democrático e que os governos possam ter mais acessos. E isso tudo perpassa por uma questão importante: a de que pela agenda 2030 ser global e ter uma perspectiva de ser aplicada em diversos países com realidades diferentes é preciso que dados possam mensurar de que forma esses países estão na temática de gênero. Pois, não há uma fórmula pronta de gênero a ser aplicada em todos os países de forma igual.

Portanto, é evidente que a questão de poder na agenda 2030 é ditada por atores mais influentes e corporações transnacionais que influenciam de forma direta a agenda e impõem interesses mercantis sobre os objetivos e as metas (E. KUMI et. al, 2014). A questão de poder desses atores nos ODS é o ponto chave para entender o porquê a agenda não vai a favor de uma igualdade mais substantiva e contra o sistema patriarcal. Em razão de que, os próprios financiadores instigam esses sistemas dentro de suas instituições e tornam a agenda apenas um reflexo de como a desigualdade interna é exemplificada.

Além disso, a questão da prestação de conta desses atores que atuaram na formulação da agenda ainda dificulta mais reconhecer até onde vai o poder desse setor corporativo e dos governos e formas de mensurar e regularizar a ação desses atores (PONTE; ENRIQUEZ, 2016). Nesse caso, tendo como base o poder dos atores poderosos que moldaram a agenda e a lacuna na questão de dados tanto sobre o financiamento e específicos sobre gênero. É possível perceber que há toda uma ótica de mercado e da forma como a agenda foi planejada por trás de tudo isso, prolongando ainda mais o sistema patriarcal. Quando se discute uma ótica de mercado, está se debatendo tanto do estado como do setor privado. Essa ótica que está presente na agenda está muito mais relacionada a uma política macroeconômica que tende a hierarquizar atores, pessoas e temáticas, **o neoliberalismo** (GOUTHRO, 2009).

### **3.3 O neoliberalismo na agenda 2030: gestão de problemas e a preponderância do viés econômico sobre o social**

Dessa maneira, mesmo com uma maior participação de OSC nos ODS em relação aos ODM ainda existe uma resistência de certos atores, principalmente do mercado, na agenda em modelar de acordo com seus interesses. Tirando espaço assim de outras organizações e impondo

uma questão de hierarquia de poder econômico sobre outros países, atores e sobre temáticas também na escrita do texto dos objetivos e metas.

Emmanuel Kumi, Albert Ahrin e Thomas Yeboah (2014) atribuem essa preponderância do viés econômico ao social em agendas de desenvolvimento, ao neoliberalismo:

Enquanto isso, observamos que a agenda de desenvolvimento de muitos países em desenvolvimento tem sido dominada pela **orientação neoliberal impulsionada por reformas de mercado, desigualdade social e um movimento no sentido de aumentar a competitividade econômica** do lado da oferta da economia (E.KUMI et.al apud RACO, 2015, 2014, p. 540, Tradução Nossa).

Portanto, muitas dessas políticas de desenvolvimento tem um viés neoliberal por uma influência do mercado e da competitividade econômica. Nesse contexto, essas políticas macroeconômicas e neoliberais tiveram maior impacto na década de 90 sobre as questões de gênero até mesmo pelo *gender mainstreaming* (HOLVOET, INBERG, 2013). Enquanto parte dos autores observam que essas políticas macroeconômicas são neutras em relação a gênero, implementadas em um sistema já desigual de gênero:

Muitos escritores fizeram uma distinção entre política de "intenção" e política de "impacto". **Eles enxergam políticas macroeconômicas como neutro em relação a gênero e sugeriram que as políticas levaram a resultados tendenciosos de gênero porque eles foram implementados em um mundo de que já tinha grande desigualdade de gênero** (KABEER, p. 26, 2004, tradução nossa, grifo nosso).

Há também o ponto de vista que “políticas e estruturas macroeconômicas não são neutras em relação a gênero, mas podem impedir ou restringir a igualdade de gênero e os direitos humanos das mulheres, ou pelo contrário promovê-los” (PONTE, ENRÍQUEZ, 2016, p. 86). Em vista disso, tendo como base às políticas econômicas dentro dos ODS com a participação de atores poderosos, de financeirização e de não tocar tanto em questões centrais da desigualdade, houve uma replicação de um sistema já utilizado há muito tempo por esses atores, de restringir a igualdade de gênero a um conjunto de práticas, metas e objetivos desvinculadas de mudanças sistêmicas e de maneira a se tratar algumas temáticas por um viés mais econômico, de mercado:

Um número de estudos tem sugerido que “O ambiente propício” criado pelo pensamento neoliberal cria plataformas para grupos econômicos poderosos incluindo corporações transnacionais e instituições financeiras e influência elites locais e atores políticos dominando a paisagem de desenvolvimento no nível nacional e internacional assim como as políticas moldadas em um caminho que suporte a renda e a estrutura existente de inequidade (E.KUMI et.al, 2014, P.549-550 apud Barkin, 1997 Heque, 1999, Tradução Nossa).

Tendo por base o neoliberalismo como uma ideologia política e econômica que prevalece medidas da economia sobre ações para a igualdade de gênero e meio ambiente (E.KUMI et.al, 2014 apud BUSHCER et.al,2012). E como essas práticas econômicas e governamentais vão influenciar em diversas áreas interconectadas. Portanto, o neoliberalismo é um sistema que se baseia em medidas de mercado e que mesmo para se alcançar metas e objetivos ligados a problemas sociais, ambientais se utiliza de um teor econômico que só estimula ainda mais um sistema de exclusão e desigualdade (OLSEN, 2017).

Heloise Weber (2017) utiliza a definição do neoliberalismo como a "episteme do mercado"<sup>20</sup> dentro dos ODS.A autora traz alguns argumentos para fortalecer a sua visão. Um deles é o que já foi discutido acima, como o projeto da agenda foi desenhado por atores poderosos e ligados ao mercado (ESQUIVEL 2016, WEBER, 2017).

Outro argumento em que a autora ressalta é sobre os riscos ao desenvolvimento serem muito mais gerenciados dentro da agenda do que evitados. Ou seja, muitos dos grandes problemas que acontecem dentro da agenda são incentivados a serem tratados de forma a manter a problemática presente mas de forma sutil em que não se torne algo tão evidente (WEBER, 2017). E grande parte dos atores corporativos utilizam desse “modelos de negócios” para impor uma política neoliberal de manter esses riscos e problemas dentro da agenda. Ao mesmo tempo que mantém um discurso de direitos humanos (GALBAY, ILCAN,2018).

Assim como, explicitado por Alvarenga e Miranda (2020), a agenda 2030 tem uma função de pêndulo, no sentido que em tal momento os atores corporativos assumem uma postura mais conservadora e neoliberal mas sem declinar completamente para algum extremo, ou seja, mantém suas ações macroeconômicas de modo a se alinhar com o processo de desenvolvimento sustentável e direitos humanos:

Assim, verifica-se uma espécie de pêndulo em que os APRE<sup>21</sup> ora assumem um comportamento de empreendedores ora apresentam resistência frente à norma de BHR<sup>22</sup>, **sem, necessariamente, declinar temporalmente de uma agenda mais flexível e menos constrangedora de suas ações especializadas e que responda às questões relativas ao desenvolvimento sustentável em aproximação com os direitos humanos** (ALVARENGA; MIRANDA, 2020, p. 6).

E toda essa problemática não se resume somente a diversidade de atores poderosos dentro da agenda, como exposto anteriormente, mas também de temáticas e pessoas. No próprio

<sup>20</sup> A autora utiliza o conceito de "Episteme de Mercado" já utilizado por outros autores.

<sup>21</sup> APRE: O artigo utiliza dessa nomenclatura para definir Atores privado empresariais

<sup>22</sup> *Business Human Right*: Termo utilizado sobre os direitos humanos do mundo corporativo.

compromisso pós 2015, existem algumas temáticas que são prioritárias uma em relação a outra e vistas de forma independente. “A implementação de políticas neoliberais altamente contestadas faz parte dos objetivos explícitos das estruturas dos ODS” (WEBER, 2017, p. 400).

Um exemplo disso é destacado por E.Kumi et.al (2014) ao delimitar a questão da pobreza em diversos países como uma área da agenda que não é resolvida. Em que critica a questão “pró-crescimento aos pobres” como uma ideia mais mercantilizada, dando mais ênfase ao crescimento em si do que a própria questão da pobreza. Os autores sinalizam que para transcorrer essa abordagem neoliberal, é preciso focar mais na questão da pobreza, como "pró" pobres para o crescimento. Dessa maneira, sair um pouco do aspecto da centralização da economia e focar mais nas pessoas em si. Portanto, grande parte de medidas que prezam por uma preponderância do econômico sobre outras questões (E.KUMI et.al, 2014).

O principal obstáculo não é se discutir em si questões econômicas. Posto que, grande parte das desigualdades, como as de gênero, perpassam por um viés econômico, como já mencionado acima sobre as raízes do patriarcado nas questões trabalhistas e familiares. O ponto chave da “episteme de mercado” na agenda é de ao introduzir economia com outros assuntos como mulheres, meio ambiente, fome, educação dentre outros tópicos há uma certa preocupação maior em relação ao “pró-crescimento” em detrimento de outras áreas em si. E isso acaba levando a tirar um pouco da importância em si de questões como a situação das mulheres e dando um maior poder para aspectos econômicos (E.KUMI et.al., 2014).

Tal como na meta 5.a sobre reformas para dar às mulheres direitos iguais nos recursos econômicos, propriedade de terra e outros serviços financeiros. O grande enfoque dado a meta para mudar a realidade de que homens têm maior controle financeiro e mais recursos econômicos tem que focar em como essas reformas poderão ser realizadas, do que os recursos econômicos em si que iriam dar um maior suporte a igualdade de gênero. Em síntese, não deveria ser protagonizado o suporte econômico que as mulheres podem se beneficiar, ou o controle de meio de terras em si. Mas o que deveria estar como panorama central é se essas reformas acontecem de forma efetiva, de modo que o resultado do empoderamento econômico na igualdade de gênero possa vir de forma mais natural e que a longo prazo os homens não retornem de novo, com o patriarcado remodelando formas de controle.

Nessa questão de terras, em que a meta 5.a toca. Há uma grande interconexão com a ideia de Patriarcado de Lia Zanotta (2000). Uma vez que é preciso quebrar essa ideia de herança masculina de terras para que mais mulheres possam alcançar espaços que antes eram ocupados por diversas gerações de homens. Dessa maneira, perpassa muito mais pelo método de como certos privilégios e direitos básico podem ser repassados.

### 3.3.1 O privilégio como parte do sistema patriarcal: a brecha de não especificar grupos mais vulneráveis na agenda 2030

Nesse contexto, há três variáveis que se relacionam com a preponderância econômica, dentro do neoliberalismo, e que se ligam a alguns aspectos da agenda 2030, **a individualidade, a própria competição e o mercado** (GOUTHRO, 2009). O mercado, como já exposto anteriormente por ter uma visão mais ligada a economia do que no tocante a problemas específicos como de gênero. A individualidade e a competição são duas variáveis que não levam em conta questões como o privilégio masculino e a dominação, em que o próprio sistema patriarcal proporciona. Essas duas formas de sistema, dominação e privilégio, Johnson (2014) associa que são importantes para o sistema patriarcal.

Se por um lado, o privilégio masculino que prioriza o homem em diversas áreas por suas características físicas e hereditárias por muito tempo serem os primeiros que tiveram mais oportunidades na área da educação, política e de trabalho, sendo difícil para as mulheres obterem formas de intervir neste sistema de privilégios. Por outro, esse é um sistema em que não há escolhas, todos os homens já recebem um privilégio ao nascer e toda essa ideia de masculinidades e feminilidades vão sendo difundidas e criando uma noção de que há uma falsa igualdade e harmonia entre homens e mulheres (JOHNSON, 2014).

Portanto, o sistema de competição e individualidade se torna injusto, pois não há um ponto de origem igualitário entre homens e mulheres. Enquanto não houver um verdadeiro reconhecimento do privilégio masculino e uma mudança desse controle. E essa mudança só pode ocorrer se for transformado o status quo da maioria das instituições. Dessa maneira, é aí que está um dos pontos que levam a essa interatividade do patriarcado e algumas políticas macroeconômicas presente nos ODS. Posto que, não há uma referência das desigualdades históricas vivida por mulheres, como explanado no capítulo 2, o que leva a crer uma falsa imagem de que a questão de gênero está fluindo e é mais igualitário (JOHNSON, 2014):

O neoliberalismo sustenta uma visão pervasiva de que o mercado pode moldar valores sociais. **Patriarcado (outra mídia de poder) reforça este valor definido pelo caminho em que privilégio masculino enfraquece e desvaloriza trabalhos não pagos e identidades femininas associadas a isso. A maioria das pessoas literalmente compram isso do capitalismo global e de valores neoliberais que colocam o ônus do sucesso em cada indivíduo** (GOUTHRO, 2009, p. 162, tradução nossa, grifo nosso).

Dessa forma, o patriarcado atribui que muitos homens têm maior sucesso devido ao compromisso de cada indivíduo em algumas questões como trabalho, produção. E não levam em conta que por trás de todo esse êxito existe uma política de privilégio que impede de ter uma competição igualitária entre homens e mulheres. Portanto, o sucesso não pode ser avaliado de forma individual ou por um sistema de mérito, em razão de que há diversos sistemas dentro da sociedade que privilegiam um grupo em detrimento do outro, como o patriarcado dentre outros.

Além disso, quando se discute sobre privilégio é fundamental a abordagem de enxergar essas vantagens além da relação homem x mulher. Existem formas de privilégios dentro de grupos de mulheres e como algumas categorias podem sofrer mais tensões em relação a outras. Nesse sentido, aí está uma das lacunas do próprio neoliberalismo de partir de um ponto comum de que todas as pessoas são iguais, como citado acima, ou seja, não há uma especificação sobre quem são as pessoas mais vulneráveis (JOHNSON, 2014).

O mesmo acontece em algumas metas da agenda 2030, posto que os ODS mesmo com a maior interseccionalidade na agenda não tem um ponto de partida que leve em consideração todas as raízes históricas que levaram as maiores evoluções das mulheres no mundo. Um exemplo disso é em relação a violência contra as mulheres, em que a agenda traz a meta 5.2 que tenta quantificar todos os casos de violência (seja física, psicológica etc.) dentre outros tipos. Esse posicionamento é observado, de acordo com Denney (2015) como algo utópico. Porquanto, a meta parte do princípio de que todas as mulheres são iguais, e contrariando essa afirmativa de homogeneidade: “Mulheres não são categorias unificadas de pessoa” (DENNEY, 2015 p. 2, tradução nossa). E esse ponto de origem igualitário de todas as mulheres não acontece somente na meta 5.2 mas em outras metas da agenda também que não há uma maior especificidade sobre o assunto. Assim como expresso na meta 5.1 que exprime acabar com todas as formas de discriminação.

A Violência Contra a Mulher e meninas, na qual a meta propõe acabar, acontece de forma mais acentuada ou não entre grupos diferentes de mulheres que vivenciam o mundo de outra forma. Dado que, mulheres negras em relação a formas de discriminação estão mais suscetíveis devido a questão do racismo estrutural se comparados a mulheres brancas e inseridas em uma classe social mais privilegiada. Mulheres héteros vão sofrer formas de violência e discriminação diferente de mulheres lésbicas (bell hooks, 2019).

Thomas Pogge e Mitu Sengupta (2015) avalia isso como uma falha dos ODS por não especificar grupos específicos, pois assim como há países que têm diferentes indicadores para serem aplicados, pois possuem outra realidade. Existe toda uma diferença em se conquistar algumas metas entre homens e mulheres. E ainda por cima entre grupos de mulheres que podem

ser avaliados de forma diferentes por vivenciarem outra realidade e pelos problemas serem abordados de modo diferente. Uma das saídas para esse problema seria repensar indicadores não só para países mas para grupos sociais em que homens e mulheres se encontram.

Deste modo, avaliar a meta partindo de um pressuposto de que todas as mulheres partem de um mesmo ponto social é tentar apagar identidades e lutas em que essas mulheres se encontram. Pois não está em debate somente a problemáticas das mulheres, mas dentro desse escopo há diversas variáveis estruturais, tais como raça, orientação sexual afetiva, localidade, classe social, que permitem privilégios a algumas mulheres e formas diferenciadas de alcançar uma igualdade de gênero.

Nesse sentido, Gouthro (2009) associa essas questões de privilégio como um grande problema da esfera pública e privada. No que tange a questão do papel do estado: “Desigualdades ligadas a fatores como gênero ou classe social que **afetam a capacidade de competir** são processadas como problemas ‘privados’ em vez de preocupações públicas a serem consideradas em um nível estrutural” (GOUTHRO, 2009, p. 161, tradução nossa, grifo Nosso). Portanto, grande parte desses problemas de não levar em consideração que existe um privilégio masculino que pode tornar formas de competição injustas são ligados a problemas privados, definido pela autora como uma esfera mais de casa e por ter um maior distanciamentos dos problemas públicos.

Consequentemente, tudo isso pode levar a um maior distanciamento de fatores estruturais e do próprio estado que tem uma função importante em restabelecer formas de igualdade e de atuar diretamente nos privilégios masculinos dentro da sociedade. E tudo isso pode levar a um maior distanciamento da responsabilização dos governos para alcançar a igualdade de gênero e uma responsabilização única do mercado e de toda essa esfera privada.

Dessa maneira, a forma que a agenda foi realizada e toda essa política neoliberal de não levar em consideração um ponto de origem pode agravar a implementação dos objetivos e metas no país. Tanto por essa hierarquização que está presente na agenda e não como algo geral interconectado quanto pelo modo que a agenda foi construída, de não levar em consideração as diferentes realidades e barreiras vividas por cada grupo de mulheres.

### **3.4 A esfera privada e a agenda 2030: trabalho doméstico e o casamento prematuro e forçado**

Tendo como base toda essa influência mercantil e do estado que podem afetar os ODS e as metas (Quadro 1) relacionadas às mulheres. Existem também políticas de "sexismo" em

relações mais privadas de desigualdade. O patriarcado privado tem como base as relações domésticas, familiares, matrimoniais dentre outras. De forma análoga, Christine Delphy (2015) define como dois modos de produção que podem se entrelaçar, o modo industrial (mais público) e o modo familiar (mais privado):

Constata-se a existência de dois modos de produção em nossa sociedade: a maioria das mercadorias é produzida no modo industrial; os serviços domésticos, a criação dos filhos e algumas mercadorias são produzidos no modo familiar. O primeiro dá lugar à exploração capitalista. O segundo, à exploração familiar, mais exatamente, patriarcal (DELPHY, 2015, p. 111).

Contudo, é inevitável mesclar a esfera pública e privada com a mudança do sistema familiar e na questão de empregos entre as mulheres. Dentro dos ODS há dois pontos dentro do modo familiar (DELPHY, 2015) que podem se relacionar diretamente com o meio público também, o trabalho doméstico entre as mulheres (5.4) e a questão do casamento de forma prematura (5.3).

O trabalho doméstico é uma das raízes da esfera privada e familiar. Posto que, como já discutido, pela visão funcionalista há toda a questão de papéis pré-definidos das mulheres e dos homens. E um desses papéis pré-definidos é o de trabalho doméstico das mulheres. A problemática do assunto não é só o trabalho doméstico em si mas a forma que ele é utilizado para oprimir mulheres a não buscarem formas de emprego no meio público, ou seja, no mercado ou no próprio estado e, conseqüentemente, a forma que o trabalho doméstico é desvalorizado. Nesse formato, há duas possibilidades de empoderar mulheres em relação a essa forma de trabalho, uma delas é incentivá-las a sair desse trabalho e buscarem formas de emprego em outros setores. Ou tratar o trabalho doméstico, de modo a ser um trabalho mais valorizado, legalizado e com melhores quantias de retorno e salários (bell hooks, 2019).

O ODS 5 traz na meta 4 formas de "reconhecer e valorizar o trabalho de assistência doméstico não remunerado". Essa meta representa um grande sucesso dentro das questões das mulheres, isso porque o trabalho doméstico em muitos países não é regulamentado juridicamente e nem de maneira social. Contudo, não há uma referência a questão de como isso influencia as mulheres e de que forma pode redistribuir melhor e até mesmo dar formas de orientação em casos de optar por trabalhos domésticos e de cuidado ou buscar por formas de emprego:

O peso dessas tarefas(domésticas) é o principal obstáculo para que as mulheres exerçam plenamente seus direitos, por exigir delas o uso excessivo do tempo e de todas as suas energias. **O trabalho doméstico e de cuidado não remunerado deriva**

**de papéis discriminatórios de gênero. Trata-se de uma agenda macroeconômica e estrutural que atinge países desenvolvidos e em desenvolvimento**, aprofundando as desigualdades. Ficamos felizes em ver uma meta nesta questão, mas sentimos que não é forte o suficiente e, além de valorizar o trabalho não remunerado, a meta 5.4 deveria ter como objetivo **“reduzir e redistribuir”** o cuidado não remunerado e o trabalho doméstico (WMG, 2014, p. 2, tradução nossa, grifo nosso).

Portanto, fica claro com a passagem do relatório do WMG que muitas questões centrais do patriarcado, tais como a questão dos papéis de gênero, da família são pontos importantes no trabalho doméstico e não remunerado discutidos na agenda 2030. Todavia, são abordados de forma muito superficial e não levando em conta os problemas históricos que levam a essa desigualdade.

O grande problema do trabalho doméstico é a forma que é desempenhado como submissão feminina. Uma vez que há uma pré-obrigatoriedade para as mulheres realizarem esse tipo de trabalho e mesmo essa forma de tarefa tendo um valor, ainda assim é vista de forma submissa pelo sistema patriarcal em que vivemos:

O trabalho doméstico e as outras prestações de serviços são particularmente desvalorizadas pelo patriarcado capitalista. As ativistas feministas que defendiam que o trabalho doméstico deveria ser remunerado viram isto como uma forma de dar algum poder econômico as mulheres e de valorizar o trabalho a que estas fazem. Parece pouco provável que a remuneração pelo trabalho doméstico levasse a sociedade a valorizar estas tarefas, uma vez que a prestação de serviços remunerada é tida como não tendo valor (bell hooks, 2019, p. 82).

Portanto, a questão do trabalho doméstico e não remunerado vai além da própria valorização e reconhecimento de direitos e leis trabalhistas mas requer a quebra dessa imagem de trabalho como um exercício “sem valor” que as mulheres realizavam como donas de casa enquanto o trabalho dos homens, em um meio público, empresas, indústrias era visto de forma a ter grande valor. Em vista disso, para quebrar barreiras do patriarcado é preciso igualar esses dois tipos de trabalho de forma relevante (DELPHY, 2015).

Além de uma maior valorização e redistribuição do trabalho doméstico e não remunerado é vital a especificação de políticas mais claras que podem reduzir esse trabalho. Em razão de que, mesmo com todas essas mudanças no mercado de trabalho ainda há uma grande carga na mão de mulheres. Mesmo na meta 5.4 tendo uma referência clara a promoção da responsabilidade compartilhada é fundamental uma melhor orientação sobre essas políticas. Pois, até mesmo em famílias onde mãe e pai compartilham as mesmas tarefas domésticas, é comum as mulheres ficarem mais sobrecarregadas nessas atividades, pois já há uma tendência de inclinação de um papel que historicamente foi desempenhado exclusivamente por mulheres

durante anos (DENNEY, 2015). Isso acontece também devido ao pensamento patriarcal de que o sustento não financeiro mas na ordem da casa e da família, como visto anteriormente, depende em grande parte das mulheres (ONU MULHERES, 2019).

A questão familiar é um ponto chave para o sucesso da Igualdade de Gênero. Prova disso é o relatório anual da ONU Mulheres sobre o Progresso do Mundo das Mulheres 2019-2020 que tem como tema "Família um mundo em transformação". Nesse sentido, dentro do âmbito privado, outra grande questão que surge é a influência do casamento, como uma forma de instituição e de se constituir família. No momento está acontecendo uma crise da família tradicional e heteronormativa, consequentemente, uma crise da instituição do matrimônio. Manuel Castells (1989) define três fatores para impulsionar essa mudança: (1) uma economia internacional global, (2) uma mudança tecnológica no processo de reprodução e (3) um impulso poderoso promovido pelas organizações de mulheres e grupos feministas. Tudo isso alinhado a maior amplitude dos direitos das mulheres nas questões dos divórcios e até mesmo pela opção de esperar mais tempo e adquirir mais formas de conhecimento e experiências de trabalho para aderir a um casamento. Mesmo a média de idade do primeiro casamento em grande parte dos países ser muito jovem (ONU MULHERES, 2019).

Contudo, a agenda 2030 não traz nenhuma referência a formas que essa família vem mudando e de que forma essa alteração pode ter um papel importante em contrapor o patriarcado dentro dessa esfera privada. Os ODS não fazem referência a pessoas LGBTI+, um assunto que entra dentro do escopo de gênero, como visto anteriormente, assim como dessas novas formas de família que estão se formando (ONU MULHERES, 2019).

Dessa maneira, em relação aos ODS, há algumas lacunas no que diz respeito ao patriarcado privado, uma vez que a agenda não aborda questões tão centrais como a forma que se deu o desenvolvimento de sentido de família e como que essa mudança reiterada por Castells representa de certo modo um avanço e empoderamento feminino.

Na agenda 2030, há somente uma meta específica (5.3) sobre os casamentos que acontecem contra a vontade das mulheres. "Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas". Na maioria desses casos de casamento a decisão não vem da mulher e está entrelaçada também com interesses econômicos. "As meninas podem ser empurradas para o casamento quando escassez econômica se cruza com discriminação social, normas que enquadram o casamento e a gravidez como destino das mulheres" (ONU MULHERES, 2019, P.83, Tradução Nossa).

Onisy (2018) afirma que a questão de casamentos de crianças tem consequências que vão além do âmbito privado e familiar: "Casamento Infantil perpetua pobreza, desigualdade,

insegurança, a violação de direitos humanos de meninas sobre a dignidade, bem estar e acesso igual para oportunidades e serviços vitais” (ONISY, 2018, p. 2, tradução nossa). Dessa forma, o casamento infantil é algo que pode agravar diversas outras áreas da vida das mulheres. O autor citou 8 ODS em que estão ligados com o casamento infantil.

Além de toda a causa econômica, em que o matrimônio passa a ser visto como uma forma de tirar algum proveito financeiro e tentar mudar a realidade em que algumas famílias se encontram. Existe também uma explicação estrutural e cultural. Em virtude de que, em muitos países é comum o casamento precoce e escolhido pela família, o casamento é visto muito mais como uma “negociação”. E a própria ideia que o matrimônio tem de ser algo honroso para todas as mulheres e uma esfera de prosperidade na realização desse ato. Portanto, mesmo a agenda partindo do pressuposto de eliminar essas formas de casamento e reconhecendo a existência. Não há meios de se discutir o porquê que o casamento ocorre e quais as motivações, como relatado anteriormente (ONU MULHERES, 2019).

Todo esse discurso do casamento como algo honroso para as mulheres vem de uma cultura de toda a sociedade. De uma esfera religiosa, educacional e da própria mídia que insere noções de padrões de casamento entre a sociedade (WALBY, 1989, p. 227). Portanto, toda essa ideia de matrimônio e família é seguida de um padrão cultuado pela ideia de ser algo obrigatório e milagroso na vida das mulheres.

Esse padrão de discurso é replicado a toda a sociedade há muitos anos e remete a várias características de dominação demonstradas neste trabalho pelo patriarcado. O Patriarcado Cultural, como uma estrutura definido por Walby (1989), vem mudando e se reformulando nas famílias atuais. Na medida em que é um discurso muito enraizado no mundo, pois todas as instituições de propagação dessas ideias são tradicionais e tem um certo poder de persuasão dentro de toda a sociedade, tais como a mídia e alguns aspectos religiosos. Portanto, ir contra o discurso de certas instituições é algo que delimita um grande poder e sair um pouco do padrão de comportamento imposto por essa estrutura (WALBY, 1989).

E quando se discute sobre formas de Trabalho doméstico, família e de casa como um todo, o patriarcado privado tem uma grande importância nisso. Posto que, há toda uma questão de se criar uma imagem da mulher ligada a questões de casa e, conseqüentemente, de uma submissão feminina pelos trabalhos domésticos. Nesse viés, a instituição do casamento, mesmo estando se reinventando no século XXI, segue sendo uma matriz patriarcal de que é uma obrigação e honra para as mulheres concretizar esse feito. Antes de tentar eliminar formas de casamentos em países que há séculos tem uma cultura baseada nesse ato como forma de

diminuir mulheres. É crucial, primeiramente, desmistificar a ideia do casamento como algo necessário e que complementa todas as mulheres (ONU MULHERES, 2019).

Todo esse foco na questão privada remete também a muitas questões econômicas, como observadas nas questões do casamento e trabalho doméstico. Como visto anteriormente, toda a agenda perpassa por essa questão de financeirização de políticas de gênero impulsionada pelo processo de Globalização e por políticas focadas no mercado (PONTES; HENRIQUEZ, 2016). Dessa forma, a economia é algo que mesmo na esfera mais privada está presente e uma das principais áreas que determina a desigualdade entre homens e mulheres.

Mesmo com todas as mudanças proporcionadas por um mundo mais globalizado ainda há formas de o sistema patriarcal se reinventar no trabalho doméstico e até mesmo no casamento. Portanto, é preciso levar em consideração algumas questões essenciais como políticas mais específicas e uma melhor distribuição ao trabalho doméstico. E sobre o casamento prematuro e/ou forçado, nos principais motivos que levam ao matrimônio ocorrer e formas de mudar o pensamento do casamento como algo honroso.

Dessa maneira, ao longo deste capítulo explanei algumas críticas da agenda 2030. Desde aspectos que estão mais presente no texto em si, como o discurso de oportunidades versus resultados em que fornecer essas oportunidades não estão alcançando formas de mudanças sobre as mulheres, focando apenas na individualidade e não como o sistema se propaga. Do mesmo modo que acontece em questões mais ligadas ao âmbito privado, como o casamento e o trabalho doméstico. Em que não há uma maior explicação do que está por trás de todos esses problemas, como o tópico de redistribuir e auxiliar mais as mulheres sobre o trabalho doméstico e a idealização do matrimônio.

E toda essa política que ocorre por trás do texto íntegro da agenda tem todo um conjunto de atores poderosos que com a sua participação na criação do compromisso moldaram a agenda focando não em mudanças reais mas em estratégias próprias. Portanto, fica claro que alguns preceitos da política neoliberal estão presentes na agenda 2030, mesmo que de forma sutil, e vai afetar de maneira profunda como o patriarcado é abordado em alguns dos pontos presentes na relação de gênero. Primeiramente, a questão da influência do mercado (setor privado) na agenda pode priorizar algumas pautas e menosprezar outras. E, por fim, criar uma preponderância de medidas econômicas sobre questões sociais essenciais.

Por esse ângulo, outros dois preceitos do neoliberalismo, a vantagem comparativa e a individualidade partem de um princípio de que todas as pessoas independentes de suas representatividades são iguais. Como se gênero e economia fossem duas esferas independentes

e não tivessem ligação. Não levando em conta assim o privilégio masculino e algumas vantagens que o próprio Estado e o mercado propiciam.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agenda 2030 é um grande desafio para diversos países com a pluralidade de assuntos que envolve desde questões ambientais, biodiversidade, trabalho, até questões mais pontuais como a pobreza, fome e gênero. Toda essa pluralidade e maturidade das metas e objetivos em relação aos ODM explicam o maior sucesso e credibilidade que a agenda tem entre atores, estados, instituições e o setor corporativo. Muitas empresas, universidades estão aderindo aos ODS como meios de mensurar projetos, ações e de que forma impactam em objetivos e metas.

Entretanto, a ideia dos ODS, em tese, traz muitos benefícios para toda a sociedade, mas na prática é possível observar algumas lacunas, nas quais esse trabalho apresenta, em relação à agenda como um todo, desde o pré-texto da agenda, a participação dos atores na escrita do texto, o conteúdo em si e a implementação dos objetivos territorialmente.

No que toca a questão de gênero e a agenda 2030, um dos pontos relevantes é que gênero dentro da ONU já era uma pauta que vinha sendo discutida e ampliada de forma interna aos direitos humanos desde o início das conferências da década das mulheres, ocasionando o seu ápice na Conferência de Beijing e com a criação da CEDAW. Porém, os ODS não seguem um caminho em tanta conformidade com o que já estava sendo traçado nessas conferências e em relação às temáticas dos direitos humanos das mulheres, mesmo com um aperfeiçoamento em relação à agenda do milênio (ODM) na formação, na escrita, nas parcerias e com a pauta de gênero ganhando mais visibilidade (Quadro 1).

Ao tratar dessas lacunas presentes na agenda, as que esse trabalho explanou, são mais focadas em questões estruturais e que muitas vezes estão nos “bastidores”, ou seja, certas omissões que estão por trás do problema de desigualdade e que são ocasionadas em parte pelos atores presentes na agenda. Todas essas omissões estão relacionadas às desigualdades históricas vividas pelas mulheres ocasionadas pelo sistema patriarcal e pelo poder de atores poderosos como do mercado e corporativo que instituem uma política neoliberal de sobrepor algumas temáticas sobre a economia e de não levar em consideração os privilégios que permeiam a sociedade, sendo centrais para a teoria do patriarcado.

É importante reiterar a questão da transversalização de gênero em que é um conceito bastante amplo e diversos entre os autores. *O Gender Mainstreaming* está presente na agenda em vários aspectos, desde a inclusão de gênero em outras áreas como saúde, educação e também nas políticas de implementação pelos países, instituições e no setor privado. Eu reitero aqui que a transversalidade de gênero (*Gender Mainstreaming*) é muito importante para se alcançar a igualdade entre homens e mulheres. Contudo, acredito que é preciso ter duas fases de mudanças

na questão de gênero. A primeira que contaria com questões mais centrais e ligadas à estrutura e a pontos característicos do patriarcado, que referencio no segundo capítulo deste trabalho, que são um empecilho para as mulheres em si, o valor do trabalho doméstico, questões ligadas à naturalização das diferenças biológicas entre homens e mulheres (ZANOTTA, 2000), à desmistificação da ideia de que o trabalho e a produção das mulheres são inferiores à dos homens, entre outros pontos. Dessa forma, a primeira etapa seria muito mais ligada a ideias, a formas de quebrar padrões que estão impostos na sociedade, ao patriarcado, à forma como a mulher é vista e, principalmente, a uma mudança nos principais arcabouços de como as instituições, empresas, estado, entre outros atores tratam da temática, levando mais em conta o contexto vivido por muitas mulheres.

A segunda fase, por sua vez, que viria logo após a conclusão da primeira seria a transversalização de gênero, assim como nos ODS de ligar a outras áreas e ampliar ainda mais a agenda a outros países e políticas locais. Contudo, o *gender mainstreaming* só surte efeito se a primeira fase da quebra da ideia e do patriarcado se concretizar. Caso contrário, são políticas que vão ser ineficazes, dado que vão continuar sendo impostas em um padrão já contaminado de hierarquia entre homens e mulheres.

Nesse contexto, a própria ideia da transversalização de gênero leva a mais oportunidades para as mulheres. Ao mesmo tempo que a agenda 2030 não tem especificações sobre privilégios que algumas pessoas têm em detrimento de outras. Portanto, demonstra um comportamento ambíguo, em uma política de oportunidades, essas vantagens vão ser aproveitadas por quem e de que maneira? Dado que, se não há um reconhecimento de que algumas mulheres podem ter mais dificuldades de usufruir dessas oportunidades em relação a outras mulheres e homens, esse sistema de desvantagem e patriarcado vai se manter presente. Além disso, há toda um debate de representatividade. De que maneira, medidas sobre mulheres, sobre saúde reprodutiva vão ser moldadas por atores poderosos e que geralmente já se encontram em uma situação de privilégio por serem detentores desse poder?

Em resumo, acredito que as principais conclusões deste trabalho são que a agenda não leva em consideração esse histórico de desigualdade e todo um contexto desses atores ressaltados. Dessa maneira, conclui-se que também “relações de poder são o grande elefante na sala da agenda 2030” (ESQUIVEL, 2016, tradução nossa, p. 12), ou seja, as relações de poder entre os atores da agenda podem refletir em algumas lacunas internas e em interesses próprios e estratégicos. Desse modo, essas lacunas em grande parte são provenientes de “dentro para fora da agenda”, dado que os próprios atores que participam do processo dos ODS que instigam uma discussão de forma superficial a não tocar temas relevantes como a igualdade de gênero

em si. Isso, pode acontecer, devido à política interna que já é de um sistema de desigualdade e, consequentemente, está se expandindo para a agenda (PONTE, ENRIQUEZ, 2016).

Todo esse posicionamento de poder repercute no texto da agenda 2030. Portanto, é preciso um maior esclarecimento nas metas sobre as mulheres e de que forma podem ser implementadas pelos países, assim como pode ser observado em relação ao trabalho doméstico e do casamento no ODS 5, em que é indispensável políticas mais claras para orientar mulheres em trabalhos não pagos e que não são valorizados, além de formas de casamentos prematuros ou forçados, dado que perpassa diversas questões além da ideia de casamento.

Ademais, a grande contribuição desse trabalho para a academia é o panorama de que a ideia de “desenvolvimento” ligada à Gênero, criada pela ONU que teve início na Conferência das mulheres e mais fortemente em 1995 em Pequim, está defasada no sentido de que precisa conectar a contextos históricos em que as mulheres viveram e que ainda estão presentes no dia a dia da desigualdade de gênero. Nesse sentido, o problema em si não está na agenda de gênero, mas na forma como ela é ministrada e implementada na agenda pós 2015 e dentro da própria ONU. Partindo desse pressuposto, a principal lacuna que este trabalho não conseguiu sanar foi até que pontos os atores privados, do mercado, transnacionais ou o próprio Estado tem envolvimento na forma que o contexto da agenda foi realizado e de sua implementação, ou seja, há uma confusão do que é responsabilidade do Estado e do próprio mercado dentro da agenda 2030 (BULL, MCNEILL, 2019).

Por conseguinte, é preciso que, primeiramente, aconteça o reconhecimento de que o patriarcado ainda existe e que é um sistema que precisa ser discutido e mencionado assim como gênero, dado que, à medida que houver um reconhecimento de todas essas desigualdades, pode ser dado o primeiro passo para desconstruir, aos poucos, arquétipos que são barreiras para que as mulheres alcancem um posicionamento e um lugar de mesmo reconhecimento e nível que os homens.

## 5 REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Neuma. Patriarcado, sociedade e patrimonialismo. **Sociedade e estado**, v. 15, n. 2, p. 303-330, 2000.
- ALAVARENGA, Cláudia; MIRANDA, Rafael de Souza. Direitos Humanos, Empresas e a Agenda 2030. **Meridiano 47-Journal of Global Studies**. João Pessoa.2020
- ALVES, José Eustáquio Diniz. Desafios da equidade de gênero no século XXI. **Revista Estudos Feministas**, v. 24, n. 2, p. 629-638, 2016.
- ARRUZZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. **Revista Outubro**, v. 23, p. 33-58, 2015.
- BIDEGAIN PONTE, Nicole; ENRÍQUEZ, Corina Rodríguez. Agenda 2030: A bold enough framework towards sustainable, gender-just development? **Gender & Development**, v. 24, n. 1, p. 83-98, 2016.
- BULL, Benedicte; MCNEILL, Desmond. From market multilateralism to governance by goal setting: SDGs and the changing role of partnerships in a new global order. **Business and Politics**, v. 21, n. 4, p. 464-486, 2019.
- CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. **A Era da Informação: Economia, identidade e cultura**. V.2,3 ed, Editora Paz e Terra, 2002
- Conselho Europeu, Whats is Gender Mainstreaming?, Council Of Europe, 1998. Disponível em <<https://www.coe.int/en/web/genderequality/what-is-gender-mainstreaming#:~:text=In%201998%2C%20the%20Council%20of,normally%20involved%20in%20policy%2Dmaking>> Acesso em: 23 set. 2020.
- DALY, Mary. Gender mainstreaming in theory and practice. **Social Politics: International Studies in Gender, State & Society**, v. 12, n. 3, p. 433-450, 2005.
- DE JESUS, Jaqueline Gomes. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Brasília:Escritório de Direitos autorais da Fundação Biblioteca Nacional-EDA/FBN, 2012, 42 f.
- DELPHY, Christine. O inimigo principal: a economia política do patriarcado. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 17, p. 99-119, 2015.
- DENNEY, J. Michael. Brief 11: Gender and the Sustainable Development Goals: Moving Beyond Women as a "Quick Fix" for Development. 2015.
- DHAR, Suneeta. Gender and sustainable development goals (SDGs). **Indian Journal of Gender Studies**, v. 25, n. 1, p. 47-78, 2018.
- DOS SANTOS SOUZA, Terezinha Martins. Patriarcado e capitalismo: uma relação simbiótica. **Temporalis**, v. 15, n. 30, p. 475-494, 2015.
- ESQUIVEL, Valeria; SWEETMAN, Caroline. Gender and the sustainable development goals. **Gender & Development**, v. 24, n. 1, p. 1-8, 2016.

ESQUIVEL, Valeria. Power and the sustainable development goals: A feminist analysis. **Gender & Development**, v. 24, n. 1, p. 9-23, 2016.

FRANCO, Isabel B. et al. Gender Mainstreaming in the 2030 Agenda: A Focus on Education and Responsible Consumption & Production. 2018.

FOLLADOR, Kellen Jacobsen. A mulher na visão do patriarcado brasileiro: uma herança ocidental. **Revista fato&versões**, n. 2, p. 3-16, 2009.

FRANZONI, Juliana Martínez; VOOREND, Koen. Sistemas de patriarcado y regímenes de bienestar en América Latina. ¿Una cosa lleva a la otra?. **Documentos de Trabajo (Fundación Carolina)**, n. 37, p. 1, 2009

FUKUDA-PARR, Sakiko; MCNEILL, Desmond. Knowledge and Politics in Setting and Measuring the SDG s: Introduction to Special Issue. **Global Policy**, v. 10, p. 5-15, 2019.

FUKUDA-PARR, Sakiko. From the Millennium Development Goals to the Sustainable Development Goals: shifts in purpose, concept, and politics of global goal setting for development. **Gender & Development**, v. 24, n. 1, p. 43-52, 2016.

GABAY, Clive; ILCAN, Suzan. The affective politics of the sustainable development goals: Partnership, capacity-building, and big data. **Globalizations**, v. 14, n. 3, p. 468-485, 2017.

GABAY, Clive; ILCAN, Suzan (Ed.). **The Politics of Destination in the 2030 Sustainable Development Goals: Leaving No-one Behind?** Routledge, 2018.

GABIZON, Sascha. Women's movements' engagement in the SDGs: lessons learned from the Women's Major Group. **Gender & Development**, v. 24, n. 1, p. 99-110, 2016.

GIANNINI, Renata. Capítulo 5 ODS 5 “ALCANÇAR A IGUALDADE DE GÊNERO E EMPODERAR TODAS AS MULHERES E MENINAS SUSTENTÁVEL” In. Org. MENEZES, Henrique. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as Relações Internacionais. 1 ed. João Pessoa. Editora: UFPB. 2019. Disponível em: <http://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/view/581/582/3044-1>>

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 6 ed. Lisboa: Polity Press and Blackwell Publish, 2001, P106-141. In. Gênero e Sexualidade.

GOUTHRO, Patricia A. Neoliberalism, lifelong learning, and the homeplace: problematizing the boundaries of ‘public’ and ‘private’ to explore women's learning experiences. **Studies in Continuing Education**, v. 31, n. 2, p. 157-172, 2009.

GUARNIERI, Tathiana Haddad. Os direitos das mulheres no contexto internacional da criação da ONU (1945) à Conferência de Beijing (1995). **Revista Eletrônica da Faculdade Metodista Granbery**, v. 8, n. 8, Jan/Jun. 2010. Disponível em: <http://re.granbery.edu.br/artigos/MzUx.pdf>> Acesso em: 20 jul. 2020.

HOLVOET, Nathalie; INBERG, Liesbeth. Gender mainstreaming in the context of changing aid modalities: Insights from two Paris declaration champions. **Journal of International Development**, v. 26, n. 3, p. 317-331, 2014.

HOOKS, Bell. O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras. **Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos**, 1 ed, Tradução: Routledge, 2018, 104f.

HOOKS, Bell. **Teoria Feminista: Da Margem ao centro**. 1 ed. São Paulo: Perspectiva, 2019. 145f.

JACK, Abebe et al. Analysis of Child Marriage and Sustainable Development Goals. 2018.

JOACHIM, Jutta M. **Agenda setting, the UN, and NGOs: Gender violence and reproductive rights**. 1 ed. Washington: Georgetown University Press, 2007, 255f.

JOHNSON, Allan G. **The gender knot: Unraveling our patriarchal legacy**. Temple University Press, 3. ed., 2014, 355P.

KABEER, Naila. The Beijing platform for action and the millennium development goals: Different processes, different outcomes. **Baku: United Nations Division for the Advancement of Women**, 2005.

KABEER, Naila. Gender equality and women's empowerment: A critical analysis of the third millennium development goal 1. **Gender & Development**, v. 13, n. 1, p. 13-24, 2010.

KABEER, Naila; NATALI, Luisa. Gender equality and economic growth: is there a win-win?. **IDS Working Papers**, v. 2013, n. 417, p. 1-58, 2013.

KABEER, Naila. Gender equality, economic growth, and women's agency: the "endless variety" and "monotonous similarity" of patriarchal constraints. **Feminist Economics**, v. 22, n. 1, p. 295-321, 2016.

KABEER, Naila. Tracking the gender politics of the Millennium Development Goals: struggles for interpretive power in the international development agenda. **Third World Quarterly**, v. 36, n. 2, p. 377-395, 2015.

KABEER, Naila. **Gender Mainstreaming in Poverty Eradication and the Millennium Development Goals: A handbook for policy-makers and other stakeholders**. Commonwealth Secretariat, 2003.

KUMI, Emmanuel; ARHIN, Albert A.; YEBOAH, Thomas. Can post-2015 sustainable development goals survive neoliberalism? A critical examination of the sustainable development–neoliberalism nexus in developing countries. **Environment, development and sustainability**, v. 16, n. 3, p. 539-554, 2014.

LABRECQUE, Marie France. Transversalização da perspectiva de gênero ou instrumentalização das mulheres?. **Revista Estudos Feministas**, v. 18, n. 3, p. 901-912, 2010.

LAMUS CANAVATE, Doris. La Agenda Global de las Naciones Unidas para "la mujer". **Polis. Revista Latinoamericana**, n. 20, 2008.

LE BLANC, David. Towards integration at last? The sustainable development goals as a network of targets. **Sustainable Development**, v. 23, n. 3, p. 176-187, 2015.

LERNER, Gerda. A criação do patriarcado. **Nova York: Oxford Univ. Press**, p. 217, 1986.

LOPES, Ana Luci Paz et al. **Participação de organizações não-governamentais nas Nações Unidas: o caso do lesbian caucus na IV Conferência Mundial sobre as Mulheres.** 2018.]

LIBARDONI, Marlene. Fundamentos teóricos e visão estratégica da advocacy. **Revista Estudos Feministas**, v. 8, n. 2, p. 207, 2000.

MACHADO, Lia Zanotta. **Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo?**. Departamento de Antropologia, Universidade de Brasília, 2000.

MANNELL, Jenevieve. 'It's just been such a horrible experience.' Perceptions of gender mainstreaming by practitioners in South African organisations. **Gender & Development**, v. 20, n. 3, p. 423-434, 2012.

MIRANDA, Cynthia Mara; PARENTE, Temis Gomes. Plataforma de Ação de Pequim, avanços e entraves ao gender mainstreaming. 26330. **Opsis**, v. 14, n. 1, p. 415-430, 2014.

MONTESÓ CURTO, Pilar. Dificultades para el avance de las mujeres: diferentes teorías sociológicas. **Enfermería global**, v. 13, n. 36, p. 265-274, 2014.

MORGANTE, Mirela Marin; NADER, Maria Beatriz. O patriarcado nos estudos feministas: um debate teórico. **Anais do XVI Encontro Regional de História da ANPUH**, 2014.

OKIN, Susan Moller. Gender, the Public and the Private. **Revista estudos feministas**, v. 16, n. 2, p. 305-332, 2008.

NAÇÕES UNIDAS. Conferência Mundial do Ano Internacional das Mulheres. **Relatório**. México, 1979. Disponível em: <[http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/relatorio\\_conferencia\\_mexico.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/relatorio_conferencia_mexico.pdf)> Acesso em: 15 ago. 2020.

NAÇÕES UNIDAS, (1995). Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher. **Relatório**, 1995. Disponível em: <[http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/declaracao\\_pequim1.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/declaracao_pequim1.pdf)> Acesso em: 23 ago. 2020.

NAÇÕES UNIDAS. Relatório da Conferência Mundial das Nações Unidas na década das Mulheres: Qualidade, desenvolvimento e Paz. Copenhague. **Relatório**. Jul, 1980. Disponível em: <[http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/relatorio\\_conferencia\\_copenhagem.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/relatorio_conferencia_copenhagem.pdf)> Acesso em: 19 ago. 2020.

NAÇÕES UNIDAS. Relatório da Conferência Mundial das Nações Unidas para revisar e avaliar as conquistas da Década das Mulheres das Nações Unidas: Igualdade, Desenvolvimento e Paz. Nairobi. **Relatório**. Jul, 1985. 309p. Disponível em: <[http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/relatorio\\_conferencia\\_nairobi.pdf](http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2015/03/relatorio_conferencia_nairobi.pdf)> Acesso em: 12 ago. 2020.

NAÇÕES UNIDAS. Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. 2015. Disponível em: [http://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/agenda2030/undp-br-Agenda2030\\_completopt-br-2016.pdf](http://www.br.undp.org/content/dam/brazil/docs/agenda2030/undp-br-Agenda2030_completopt-br-2016.pdf). Acesso em: 17 jul. 2019.

NYGÅRD, Håvard Mogleiv. Achieving the sustainable development agenda: The governance–conflict nexus. **International Area Studies Review**, v. 20, n. 1, p. 3-18, 2017.

OLSSSEN, Mark. Understanding the mechanisms of neoliberal control: Lifelong learning, flexibility and knowledge capitalism. **International Journal of lifelong education**, v. 25, n. 3, p. 213-230, 2006.

O'MANIQUE, Colleen; FOURIE, Pieter. Affirming our world: gender justice, social reproduction, and the sustainable development goals. **Development**, v. 59, n. 1-2, p. 121-126, 2016.

ONU MULHERES, Relatório Progresso das Mulheres no mundo 2019-2020. **Famílias em um mundo em mudança**, Relatório. Onu mulheres, EUA, 2019, 285p.

ONU MULHERES, Relatório Progresso das Mulheres no mundo 2015-2016. **Transformando economias, Realizando direitos**. Relatório. Onu mulheres, EUA, 2015, 342p.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêtricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. Tradução para uso didático de: OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **Conceptualizing Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the challenge of African Epistemologies**. African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms. CODESRIA Gender Series, v. 1, p. 1-8, 2004.

PHILLIPS, Lynne. Gender Mainstreaming: The Global Governance of Women? **Canadian Journal of Development Studies/Revue canadienne d'études du développement**, v. 26, n. sup1, p. 651-663, 2005.

PIMENTEL, Silvia. Apresentação do **Relatório da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher-Cedaw 1979**. Acesso em: 07/2020, v. 2, 2006.

PINGEOT, Lou. **Corporate influence in the Post-2015 process**. Bischöfliches Hilfswerk Misereor eV, 2014.

POGGE, Thomas; SENGUPTA, Mitu. The Sustainable Development Goals (SDGS) as drafted: Nice idea, poor execution. **Wash. Int'l LJ**, v. 24, p. 571, 2015.

RATHGEBER, Eva. Gender and development as a fugitive concept. **Canadian Journal of Development Studies/Revue canadienne d'études du développement**, v. 26, n. sup1, p. 578-591, 2005.

RAZAVI, Shahra. The 2030 Agenda: challenges of implementation to attain gender equality and women's rights. **Gender & Development**, v. 24, n. 1, p. 25-41, 2016.

ROSCHE, Daniela. Agenda 2030 and the sustainable development goals: Gender equality at last? An Oxfam perspective. **Gender & Development**, v. 24, n. 1, p. 111-126, 2016.

REDDY, Bhavya; SEN, Gita. Breaking through the development silos: sexual and reproductive health and rights, Millennium Development Goals and gender equity-experiences from Mexico, India and Nigeria. **Reproductive Health Matters**, v. 21, n. 42, p. 18-31, 2013.

SARDENBERG, Cecilia MB. Brazilian feminisms in global spaces: Beijing and Beijing+ 20. **IDS Bulletin**, v. 46, n. 4, p. 115-122, 2015.

SEN, Gita. Gender equality in the Post-2015 development agenda: Lessons from the MDGs. **IDS bulletin**, v. 44, n. 5-6, p. 42-48, 2013.

SEN, Gita; MUKHERJEE, Avanti. No empowerment without rights, no rights without politics: Gender-equality, MDGs and the post-2015 development agenda. **Journal of Human Development and Capabilities**, v. 15, n. 2-3, p. 188-202, 2014.

SORJ, Bila. Igualdade de gênero e políticas macroeconômicas. **Revista Estudos Feministas**, v. 24, n. 2, p. 617-620, 2016.

STUART, Elizabeth; WOODROFFE, Jessica. Leaving no-one behind: can the Sustainable Development Goals succeed where the Millennium Development Goals lacked?. **Gender & Development**, v. 24, n. 1, p. 69-81, 2016.

The world is a long way from meeting its gender-equality target. **The Economist**. Detalhes gráficos. 5 Jun 2019. Disponível em <<https://www.economist.com/graphic-detail/2019/06/05/the-world-is-a-long-way-from-meeting-its-gender-equality-target>> Acesso em: 17 set. 2020.

TRUE, Jacqui; MINTROM, Michael. Transnational networks and policy diffusion: The case of gender mainstreaming. **International studies quarterly**, v. 45, n. 1, p. 27-57, 2001.

VARGAS, Virginia. Women's Rights, Economic Justice and Citizenship: What Role for the United Nations? **Development**, v. 49, n. 1, p. 49-51, 2006.

VERLOO, M. M. T. Gender mainstreaming: Practice and prospects. University of Nijmegen, The Netherlands, 1999.

VIOTTI, Maria Luiza Ribeiro. Declaração e a plataforma de ação da IV Conferência Mundial sobre a mulher: Pequim 1995. **Instrumentos internacionais de direitos das mulheres. Brasília**: Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, p. 15-25, 2006.

WALBY, Sylvia. **Theorizing patriarchy**. v. 23, n. 02, Basil Blackwell, 1990.

WALBY, Sylvia. Gender mainstreaming: Productive tensions in theory and practice. **Social Politics: International Studies in Gender, State & Society**, v. 12, n. 3, p. 321-343, 2005.

WEBER, Heloise. Politics of 'leaving no one behind': Contesting the 2030 Sustainable Development Goals agenda. **Globalizations**, v. 14, n. 3, p. 399-414, 2017.

WEBER, Max. Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva, Tradução: Regis Barbosa; Karen Elsabe Barbosa. **Editora Universidade de Brasília**: São Paulo. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999, 586f.

WOMEN'S MAJOR GROUP, Women's "8 Red Flags" following the conclusion of the Open Working Group on Sustainable Development Goals (SDGs). **Relatório Women's Major Group Final Statement**, 21 jul. 2014, 8f.

WOMEN'S MAJOR GROUP. **Advocacy**. Disponível em: <<https://www.womensmajorgroup.org/about-us-3/>> Acesso em: 20 ago. 2020.